



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS – CEFD

JÉSSICA ELAINE D. COSTA
MARIANE N. NASCIMENTO

ESPORTE UNIVERSITÁRIO
Uma Questão de Políticas Públicas

Vitória/ES
2016

JÉSSICA ELAINE DOMINGOS COSTA
MARIANE NOGUEIRA DO NASCIMENTO

ESPORTE UNIVERSITÁRIO
Uma Questão de Políticas Públicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.
Orientador: Professor Og Garcia Negrão.

Vitória/ES

2016

JÉSSICA ELAINE DOMINGOS COSTA

MARIANE NOGUEIRA DO NASCIMENTO

ESPORTE UNIVERSITÁRIO
Uma Questão de Políticas Públicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Orientador: Professor Og Garcia Negrão.

Aprovado em 01 de Julho de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Og Garcia Negrão

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientador

Prof. Fábio Luiz Loureiro

Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Luís Irapoan Jucá da Silva

Universidade Federal do Espírito Santo

DEDICATÓRIA

A Deus que nos sustentou até aqui e nos deu
coragem para continuar. E aos nossos pais, que
nos deram a vida.

AGRADECIMENTO

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presente. Ao nosso orientador Og Garcia Negrão, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas correções e incentivos.

RESUMO

Ao longo de muitos anos o esporte universitário vem passando por diversas modificações, que o torna um campo abrangente de estudos e pesquisas. Observa-se que no início de sua implantação o esporte era visto de forma amadora e centralizada nas mãos do Estado (Starepravo et al 2006), deixando um vazio frente a liderança das instituições e clubes, porém, no período em que o Brasil era governado por Getúlio Vargas e depois pela Ditadura Militar começaram a ser criadas novas leis que visavam melhorarias no seu aprimoramento, já que a partir deste período o esporte era visto como um produto mercantil, tornando o esporte universitário em esporte-performance. O esporte vem se tornando, nos últimos anos, objeto de interesses dos estudos sociais e de acordo com a Constituição Federal de 1988 todos tem direito ao acesso a prática esportiva de forma sistematizada, da mesma maneira que outras leis asseguram que todos deveriam ter direito a saúde. E do ponto de vista da saúde pública a prática de atividade física é uma das maneiras com as quais pode-se reduzir o número de adultos sedentários. Considerando as variáveis – do direito ao acesso a prática de atividade física e o benefício biofisiológico que traz na formação do indivíduo o estudo a seguir, buscou verificar a implantação e implementação do Projeto/Programa Piloto Universitário (PPU) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) avaliando o desenvolvimento do PPU junto aos seus praticantes e ex-praticantes, o estudo de caso foi desenvolvido através de uma pesquisa documental, buscando verificar a trajetória de implantação do PPU, e de campo através da aplicação de um questionário eletrônico. Os resultados obtidos foram: Referente ao direito a pratica esportiva avaliou-se que a comunidade universitária da UFES, através do Programa Piloto Universitário, está sendo atendida conforme descrito no artigo 217. Levando em consideração tudo que foi apresentado, pesquisado e analisado no decorrer deste presente trabalho, ficou constatado que a criação do Programa Piloto Universitário (PPU) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) contribui positivamente na vida da comunidade universitária.

Palavras-chave: Esporte, Comunidade Universitária, Políticas Públicas, Democratização, Atividade Física.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de castrados ativos X questionários respondidos	48
Gráfico 2 - Total de desistentes ex-praticantes X questionários respondidos	50
Gráfico 3 - Total de Discentes Ativos X Total de questionários respondidos.	51
Gráfico 4 - Total de ex-praticantes Discentes X total de questionários respondidos.	52
Gráfico 5 - Segmentos.	53
Gráfico 6 - Comunidade Externa - ex-aluno UFES.....	54
Gráfico 7 - Gênero.....	55
Gráfico 8 - Modalidade que pratica.	57
Gráfico 9 - Antes do PPU - Praticava atividade física	58
Gráfico 10 - Que modalidade praticava.....	59
Gráfico 11 - Já praticava modalidade escolhida.....	60
Gráfico 12 - Modalidades que gostaria de praticar.....	61
Gráfico 13 - Benefícios Fisiológicos.	62
Gráfico 14 - Benefícios Sociais.	64
Gráfico 15 - Praticantes ativos que Pretendem continuar no PPU.....	65
Gráfico 16 - Avaliação do Monitor	67
Gráfico 17 - Avaliação dos Materiais.....	69
Gráfico 18 - Avaliação dos Espaços.....	70
Gráfico 19 - Divulgação do Programa PPU.....	71
Gráfico 20 - Nível de Satisfação.....	72
Gráfico 21 - Modalidade que praticava no PPU - ex-praticantes.....	73
Gráfico 22 - Motivos do Afastamento do PPU	73
Gráfico 23 - Retorno ao Programa PPU.....	74
Gráfico 24 - Modalidade que gostaria de praticar.....	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro de Dias e Horários – PPU 2015.....	46
Tabela 2 – Quadro Geral – PPU 2015	48
Tabela 3 – Dados Técnicos Administrativos 2015 – Ex-Praticantes	49
Tabela 4– Cursos por Área	51
Tabela 5 – Segmentos	52
Tabela 6 – Segmentos por Modalidades	53
Tabela 7 – Gênero	54
Tabela 8 – Gênero por Modalidade	56
Tabela 9 – Número de Praticantes por modalidade	57
Tabela 10 – Antes do PPU praticava alguma atividade Esportiva?.....	58
Tabela 11 – Pretende continuar no PPU?	65
Tabela 12 – Avaliação do trabalho do Monitor	66
Tabela 13 – Avaliação dos Materiais utilizados.....	68
Tabela14 – Avaliação dos Materiais utilizados por Modalidade	68
Tabela 15 – Avaliação do Espaço Físico	69
Tabela 16 – Avaliação do Espaço Físico por Modalidade	70

LISTA DE SIGLAS

CA – Centro de Artes;

CBDU – Confederação Brasileira de Desporto Universitário;

CCA – Centro de Ciências Agrárias;

CCE – Centro de Ciências Exatas;

CCHE – Centro de Ciências Humanas e Exatas;

CCHJ – Centro de Ciências Humanas e Jurídicas;

CCS – Centro de Ciências e da Saúde;

CE – Centro de Educação;

CEFD – Centro de Educação Física e Desportos;

CEUNES – Centro Universitário Norte do Espírito Santo;

CT – Centro Tecnológico;

DIESPORTE – Diagnóstico Nacional do Esporte;

ES – Espírito Santo;

FUPE – Federação Universitária Paulista de Esportes;

HUCAM – Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes;

IOUFES – Instituto de Odontologia;

ITUFES – Instituto Tecnológico;

ME – Ministério do Esporte;

NE@D – Núcleo de Educação Aberta e a Distância;

NPD – Núcleo de Processamento de Dados;

OMS – Organização Mundial da Saúde;

PPU – Projeto/Programa Piloto Universitário;

PROEX – Pró-reitora de Extensão;

RU – Restaurante Universitário;

SIEX – Sistema de Informação da Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo;

TV – Televisão;

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;

VIGITEL – Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônica.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Justificativa/ Problematização	14
2	OBJETIVOS	18
2.1	Objetivo Geral	18
2.2	Objetivos Específicos	18
3	METODOLOGIAS DA PESQUISA.....	18
3.1	Questionários Aplicados.....	19
3.1.1	Questionário aplicado aos ex-praticantes:.....	19
3.1.2	Questionário aplicado aos praticantes ativos:	20
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
4.1	Breve relato sobre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	25
4.2	Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).....	26
4.3	Uma visão geral do Esporte Universitário no Brasil	27
4.4	Prática Esportiva X Constituição Federal de 1988	35
4.5	Atividade física x Sedentarismo (biofisiológico)	36
5	IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PILOTO UNIVERSITARIO (PPU)- ANÁLISE DOCUMENTAL	39
5.1	Propostas da Universidade na Implantação do PPU/Justificativa	39
5.2	Ciclos	39
5.3	Objetivo Geral	39
5.3.1	Objetivos Específicos	40
5.4	Diretrizes Metodológicas Aplicadas nos Núcleos	40
5.5	Temas Transversais.....	41
5.6	Ações Assistêmáticas	41
5.7	Ações Sistemáticas	41
5.8	Gerenciamento do Projeto/Direção Executiva.....	41
5.9	Organização do Projeto Piloto Universitário	42
5.10	Impactos.....	42
5.10.1	Impactos Diretos:	42
5.10.2	Impactos Indiretos:	42
5.11	Espaços Físicos	43

5.12	Atividades físicas ofertadas.....	43
6	EVOLUÇÃO DO PROJETO PPU PARA PROGRAMA PPU	43
6.1	De modalidades esportivas a Projetos	43
6.2	Sistema online de cadastro	45
7	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015	45
7.1	Ofertas de projetos, modalidades, dias e horários:	45
7.2	Atividades.....	46
7.3	Capacitação dos monitores/estagiários.....	46
7.4	Parcerias	46
7.5	Transferências de recursos.....	46
7.6	Área de atuação	46
7.7	Comunicação do programa–Divulgação e comunicação	47
7.8	Contrapartida	47
7.9	Avaliação processual	47
8	ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS APLICADOS – GERAL.....	48
8.1	Praticantes Ativos.....	48
8.2	Ex-Praticantes	49
8.3	Cursos.....	50
9	ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS APLICADOS – PRATICANTES ATIVOS...52	
9.1	Segmentos	52
9.1.1	Comunidade Externa X Ex-Aluno UFES.....	54
9.2	Gênero	54
9.2.1	Gênero por Modalidade	55
9.3	Modalidades X Praticantes Ativos	56
9.3.1	Sugestão de Modalidades	60
9.4	BENEFÍCIOS	61
9.4.1	Benefícios Fisiológicos	61
9.4.2	Benefícios Sociais	63
9.5	CONTINUAÇÃO NO PROGRAMA.....	64
9.6	AVALIAÇÕES DO PROGRAMA	66
9.6.1	Avaliação – Trabalho Do Monitor.....	66
9.6.2	Avaliação dos Materiais	67

9.6.3	Avaliação dos Espaços Físicos	69
9.7	DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PPU	71
9.8	NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA	71
10	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS – EX-PRATICANTES	72
10.1	Modalidades	72
10.2	Motivos do Afastamento do Programa	73
10.3	Retorno ao Programa.....	74
10.4	Preferências por Modalidades.....	74
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
12	REFERÊNCIAS	78
13	ANEXOS.....	81
13.1	Questionários aplicados	81
13.1.1	Questionário aplicado aos ex-praticantes.....	81
13.1.2	Questionário aplicado aos praticantes ativos	82
13.2	Resoluções	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa/ Problematização

Políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana (Carvalho *et al*, 2002). Carvalho diz que, o processo de formulação de uma política envolve a discussão de identificação dos diversos fatores e dos diferentes interesses que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública e, posteriormente, a sua regulamentação como política pública. Assim, pode-se perceber a mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado que discutem e fundamentam suas argumentações, no sentido de regulamentar direito social e formular uma política pública que expresse os interesses e as necessidades de todos os envolvidos (Carvalho *et al*, 2002).

Segundo Carvalho (2002), o esporte vem se tornando, nos últimos anos, objeto de interesses dos estudos sociais. Assim sendo, as políticas públicas do esporte, tem o desafio de responder as demandas, principalmente em regiões marginalizadas da sociedade. De acordo com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 217 diz,... Todos têm direito ao esporte, da mesma maneira que outras leis asseguram que todos deveriam ter direito a saúde, educação e segurança mais o que percebemos é que a falta de um desses direitos coloca em dúvida as soluções dos problemas sociais, por exemplo, se um grupo social não tem acesso a uma educação de qualidade isso poderá levar a formação de cidadãos incapazes de reivindicarem seus direitos, se essa pessoa não tem conhecimento dos seus direitos e mais fácil para o poder público omitir aquilo que temos como direito.

O esporte está cada vez mais inserido em ações tanto de governos, através de políticas públicas desenvolvidas por eles, como da iniciativa privada. Esta inserção cada vez mais acentuada na sociedade se dá em função dos papéis que o esporte pode assumir junto a diversos segmentos da população conforme a cultura, a orientação política e os interesses econômicos que orientam a dinâmica social e política dos diferentes países (Carvalho *et al*, 2002).

A democratização da prática, assegurando o acesso ao esporte e a educação física para todos, e o fortalecimento da cooperação através de associações entre todos os envolvidos- família, escola, clubes/ligas, comunidades locais, setor público e privado, são orientações dadas para viabilizar o desenvolvimento da educação física e ao esporte.

A gestão democrática se dá pela superação das formas de dominação em relação Estado-sociedade, baseada no clientelismo, superação essa atingida pela promoção da democratização do acesso a serviços públicos e pela abertura de canais de participação nos processos de tomada de decisão para a eficaz solução de problemas, superando formas ineficazes e meramente formais ao cidadão. Para tanto, seriam necessárias mudanças nos processos organizacionais e institucionais para a prestação de um serviço público, expressas através de [...] “mudanças de regras e procedimentos no processo decisório, assim como de abertura para uma interação com novas demandas e atores [...]” (Jacobi; Pinho, 2006).

O Ministério do Esporte com objetivo de incluir o esporte e a atividade física no cotidiano dos brasileiros e torná-los parte integrante da formação integral da população buscando ampliar e detalhar as informações sobre a cultura esportiva do país, bem como a forma de aperfeiçoar as políticas públicas, o Ministério do Esporte, ao cumprir as Resoluções das três edições da Conferência Nacional do Esporte, encomendou um diagnóstico Nacional do Esporte (Diesporte, 2015).

A pesquisa, Diagnostico Nacional do Esporte (Diesporte, 2015), foi executada entre os anos de 2010 e 2014 buscando conhecer o perfil do praticante de esporte ou atividade física, bem como de seu antagonista: o sedentário. Um dos dados identificados na faixa etária de 20 a 24 foi que 38% desta população foram considerados sedentários, faixa etária esta onde se concentra a maioria dos universitários brasileiros.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010), diz que o indivíduo ativo regular é aquele que pratica alguma atividade física pelo menos três vezes por semana, em seu tempo livre, com duração mínima de 30 minutos. Já o sedentário é aquele que não faz atividade física ou esporte.

Do ponto de vista da saúde pública e da medicina preventiva, o incentivo à prática de atividade física no indivíduo em formação é uma das maneiras com as quais você pode reduzir o número de adultos sedentários. O Sedentarismo está relacionado ao desenvolvimento de doenças como obesidade, doença coronariana, osteoporose, entre outros, pelo qual sua diminuição traz melhor qualidade de vida para a população (Souza Junior, 2008). Além disso, existem outros fatores que podem ser influenciados pela prática de atividade física, que são: melhor utilização da proteína na dieta, que gera o adequado desenvolvimento esquelético; o aumento na massa magra e diminuir a gordura corporal; a melhora do sistema cardiorrespiratório; melhora da resistência muscular e força isométrica; finalmente, melhoras nos aspectos psicossociais (Vieira, 2002).

O Ministério do Esporte (ME) lançou em 2009 o Programa intitulado PILOTO UNIVERSITÁRIO- PPU, cujo objetivo é de possibilitar o acesso do universitário das Universidades Públicas do país ter acesso à prática esportiva de forma continuada. A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) institucionalizou em 2012 o então Projeto Piloto Universitário hoje Programa Piloto Universitário (PPU), criando assim uma parceria com o Ministério do Esporte.

Ao longo destes anos percebe-se um envolvimento crescente da comunidade Universitária em especial os discentes nas mais diversas atividades esportivas ofertada pelo PPU, nos trazendo certa inquietação de como se deu sua implantação quanto a sua organização administrativa e a prática pedagógica desenvolvida com seus praticantes, nos motivando a um estudo mais detalhado, tornando assim o tema de uma relevância importante para os acadêmicos em formação. Baseando-se nesta relevância nos propusemos a desenvolver o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa documental e de campo, através de um estudo de caso procurando verificar se a comunidade universitária da UFES está sendo atendida em seu direito manifestado no artigo 217 da Constituição da

República Federativa do Brasil, segundo o qual "é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]" (BRASIL, 1988).

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) por ser uma instituição pública tem o dever de desenvolver quanto política pública o acesso da comunidade universitária a prática continuada de atividade física. Com isso avaliamos o desenvolvimento do programa junto aos quatros segmentos presente nas atividades do PPU, discente, técnico administrativo, docentes e Comunidade externa. Para análise dividimos em duas categorias: ativos e os ex-praticantes do programa.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Este estudo busca verificar através de levantamento documental a estrutura organizada pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) na implantação e implementação do Programa Piloto Universitário (PPU) e através da aplicação de um questionário eletrônico avaliar o desenvolvimento do programa e o grau de participação dos quatros seguimentos sendo eles, Discentes, Técnicos Administrativos, Docentes e Comunidade Externa da UFES nas mais diversas modalidades esportivas oferecidas pelo Programa.

2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar:
- O grau de satisfação dos participantes;
- O processo de institucionalização do esporte na universidade;
- O Aperfeiçoamento do Programa Piloto Universitário.
- Identificar a razão do afastamento dos praticantes;

3 METODOLOGIAS DA PESQUISA

Este estudo se deu por considerar uma abordagem que permite colaborar para a construção de um conhecimento mais aprofundado de ampliar a compreensão sobre o fenômeno estudado, possibilitando uma interpretação dos dados provenientes do ambiente natural em que ocorre.

O estudo foi construído através de uma pesquisa documental e de campo, sobre a implantação e implementação do PPU na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O questionário foi elaborado pela equipe do Programa Piloto Universitário/UFES (PPU) e pelos autores da presente pesquisa.

Após descrevermos a proposta inicial do Programa e identificarmos os pontos realizados em 2015, sentimos da necessidade de ouvir os alunos praticantes e ex-praticantes do PPU onde, através da aplicação de um questionário eletrônico a todos os praticantes ativos (1046 ativos) e ex-praticantes (714), destes 234 dos ativos responderam o questionário que equivale a 22%, e 145 dos ex-praticantes

responderam o questionário que equivale a 20%. Ressaltamos que os questionários tinham objetivos diferenciados e identificamos assim o nível de satisfação dos praticantes ativos e dos ex-praticantes. Dos ex-praticantes o enfoque buscava identificar as razões que o levaram a deixar de praticar as atividades do programa, procurando verificar se os mesmos (Praticantes e ex-Praticantes) foram/estão sendo atendidos em seu direito manifestado no artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil bem como o contentamento da prática quanto as modalidades esportivas ofertadas pelo Programa.

Para análise da pesquisa foi considerado um mínimo de 20% dos questionários aplicados aos praticantes ativos, percentual esse considerado satisfatório para o presente estudo de caso. Foram consideradas quatro categorias presentes no Programa, comunidade externa, discentes, técnicos administrativos e docentes efetivamente ativos junto ao PPU. Já aos ex-praticantes, foi considerado um mínimo de 10% dos questionários aplicados. Após a aplicação dos questionários e coletas dos dados, buscamos avaliar quantitativamente o PPU e os resultados obtidos demonstraremos através de gráficos e cruzamentos de dados, conforme descrito nos questionários abaixo:

3.1 Questionários Aplicados

3.1.1 Questionário aplicado aos ex-praticantes:

1- Qual o seu curso?

2-Semestre: (2015/2)

3- Que modalidade praticava?

4- Aponte o(s) motivo(s) para seu afastamento do PPU (Programa Piloto Universitário):

- ☐ Horário da modalidade incompatível com meus estudos
- ☐ Perdi o interesse pela modalidade que praticava
- ☐ Comecei a trabalhar
- ☐ Precisei me dedicar mais aos estudos
- ☐ Fui excluído (a) pelo excesso de faltas
- ☐ Outros; (escreva seu motivo).

5- Você gostaria de retornar ao PPU?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6- Se sua resposta à pergunta anterior foi “SIM”, identifique a modalidade de sua preferência:

- ☐ A mesma modalidade esportiva
- ☐ Capoeira
- ☐ Jiu-Jitsu
- ☐ Judô
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Tae-kwon-do
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol
- ☐ Zumba
- ☐ Outra; (sugestão de modalidades).

3.1.2 Questionário aplicado aos praticantes ativos:

1 - Segmento

- ☐ Estudante
- ☐ Técnico Administrativo
- ☐ Professor
- ☐ Comunidade Externa

2- Somente comunidade externa: você é ex-aluno (UFES)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3- Que modalidade pratica?

- ☐ Capoeira
- ☐ Jiu-Jitsu

- ☐ Judô
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Tae-kwon-do
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol
- ☐ Zumba

4- Antes do PPU praticava alguma atividade esportiva regularmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5- Caso a resposta acima seja sim, que modalidade praticava:

- ☐ Academia
- ☐ Basquetebol
- ☐ Ciclismo
- ☐ Corrida
- ☐ Dança
- ☐ Futebol
- ☐ Futsal
- ☐ Handebol
- ☐ Lutas
- ☐ Mergulho
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Remo
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol

6 – Gênero

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

7 - Qual Curso?

8- Semestre:

- ☐ 2015/2

9 - Já praticava a modalidade escolhida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10 - Como se inteirou sobre a existência do PPU?

- ☐ Folder
- ☐ Cartazes
- ☐ Por Colegas
- ☐ Outdoor
- ☐ Informa UFES
- ☐ Mala Direta

11 - Motivo da opção pela modalidade praticada.

12 - Liste os benefícios fisiológicos obtidos com a prática de atividade física (PPU).

- ☐ Tolerância ao estresse
- ☐ Obesidade
- ☐ Estresse psíquico
- ☐ Redução da Pressão Arterial
- ☐ Controle do peso corporal
- ☐ Melhoria da mobilidade articular
- ☐ Aumento da força muscular
- ☐ Aumento da resistência física

13- Liste os benefícios sociais obtidos com a prática de atividade física (PPU).

- ☐ Aumento da autoestima
- ☐ Alívio do estresse
- ☐ Queda da depressão

- ☐ Aumento do bem-estar
- ☐ Redução do isolamento social
- ☐ Melhora da autoconfiança
- ☐ Auto eficácia
- ☐ Redução dos riscos de ansiedade
- ☐ Melhora do autocontrole
- ☐ Melhora da autoimagem

14- Pretende continuar participando do PPU?

- ☐ Sim, na mesma modalidade;
- ☐ Sim, em outra modalidade;
- ☐ Não

15 - Aponte outras modalidades que você gostaria de praticar.

- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Mergulho
- ☐ Remo
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Lutas
- ☐ Dança
- ☐ Voleibol
- ☐ Futebol
- ☐ Futsal
- ☐ Handebol
- ☐ Basquetebol
- ☐ Corrida
- ☐ Ciclismo
- ☐ Academia

16 - Avalie o trabalho do monitor.

- ☐ Ótimo

- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

17- Avalie o material utilizado nas suas aulas.

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

18 - Avalie o espaço físico onde foram realizadas suas aulas.

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

19 - Seu nível de satisfação com o PPU.

- ☐ Satisfeito
- ☐ Insatisfeito

20- Outras Observações.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Breve relato sobre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve sua origem na década de 50, a partir de Faculdades e Escolas Superiores que existiam em Vitória. A UFES tem como objetivo, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, fisiológico e artístico, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária.

Tendo por missão gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio da pesquisa e extensão, produzindo e socializando conhecimento para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento sustentável

A Universidade foi reestruturada em 1968 pelo decreto n 63.577, de 8 de novembro, que extinguiu as antigas Faculdades e Escolas substituindo-as por centros.

Sua estrutura organizacional é composta de Reitoria, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias, Centros, Departamentos e Colegiados de Cursos. A Universidade é constituída das seguintes unidades:

1. Centro de Artes (CA)
2. Centro de Ciências Agrárias (CCA)
3. Centro de Ciências Exatas (CCE)
4. Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE)
5. Centro de Ciências Humanas e Jurídicas (CCHJ)
6. Centro de Ciências e da Saúde (CCS)
7. Centro de Educação (CE)
8. Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)
9. Centro Tecnológico (CT)
10. Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES)

As atividades da Universidade são complementadas ainda pelos seguintes órgãos suplementares:

- Biblioteca Central
- Coordenação de interiorização

- Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM)
- Instituto de Odontologia (IOUFES)
- Instituto Tecnológico (ITUFES)
- Núcleo de Acessória Jurídica e Auditoria Interna
- Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NE@AD)
- Núcleo de Processamento de Dados (NPD)
- Prefeitura Universitária
- Rádio e Televisão Universitária
- Restaurante Universitário (RU)

Nos seus quatro campi:

1. Campi de Goiabeiras e de Maruípe localizados em Vitória/ES
2. Um centro localizado no município de Alegre/ES
3. Um centro localizado no município de São Mateus/ES

A UFES oferece atualmente cerca de 101 (cento e um) cursos de graduação, além de oferecer cursos de mestrado e doutorado: Administração(mestrado), Artes(mestrado), Atenção à Saúde Coletiva(mestrado), Ciências Biológicas (Biologia Animal) (mestrado), Biologia Vegetal(mestrado), Biotecnologia (mestrado e doutorado), Ciências Fisiológicas (mestrado e doutorado), Clínica Odontológica (mestrado profissional), Direito Processual(mestrado), entre outros.

4.2 Centro de Educação Física e Desportos (CEFD)

A formação de professores de Educação Física está presente desde o início, com a antiga Escola Educação Física fundada em 1931, atualmente Centro de Educação Física e Desportos (CEFD).

O CEFD/UFES, como unidade acadêmica voltada para formação de profissionais de Educação Física e a produção e divulgação de conhecimentos ligados a cultura corporal de movimento, contribuindo decisivamente para a formação de professores de Educação Física, incluindo o estado no circuito nacional e internacional nos seus principais debates. Desta forma participa do esforço coletivo de gerar e contribuir com desenvolvimento acadêmico da área e na socialização de saberes sobre a cultura corporal de movimento, portanto, propiciando a oportunidade para o exercício pleno da cidadania cultural (Histórico UFES, 2009).

4.3 Uma visão geral do Esporte Universitário no Brasil

O esporte universitário começou a tomar forma efetiva a partir do ano de 1940, sendo que antes desse período era visto de forma autônoma em relação ao Estado (Starepravoet al 2010). Documentos demonstram que no final do século XIX já ocorriam às primeiras manifestações esportivas referentes ao esporte universitário.

A partir da década de 1940 com a reorganização do esporte universitário no país, começaram a surgir as primeiras federações esportivas e a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), três leis importantes voltadas ao esporte também foram vigoradas neste período de reformulação, dentre elas a lei Zico, Lei Pelé e Lei Piva, que será detalhado neste trabalho.

Durante muitos anos São Paulo e o Rio de Janeiro foram os estados que mais detinham a responsabilidade de organização de jogos, em 1940, ocorreu então a segunda Olimpíada Universitária Brasileira, onde a equipe de São Paulo foi a vencedora, essa edição foi organizada pela Federação Universitária Paulista de Esportes(FUPE). Nota-se que o esporte universitário teve sua gênese dentro das Instituições e se organizou em um sistema federativo, sem uma interferência do Estado, ou seja, era realizado de forma independente pela sociedade (Starepravo 2006). Porém após a intervenção do Estado, outras federações começam também a desenvolverem jogos importantes e devido a regulamentação do esporte universitário, ela foi considerada pelo governo, como a terceira edição dos Jogos Universitários Brasileiros.

A história da participação mais efetiva do Estado na organização do esporte no Brasil teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378, de 13 de março de 1937, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (Starepravoet al 2010). O esporte universitário começou a ser efetivamente moldado a partir do Decreto/Lei nº 3.617, de 15 de setembro de 1941, onde oficializou a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), órgão máximo do esporte universitário. Neste período o esporte no Brasil também passava por aperfeiçoamento, visando a melhora da sua qualidade para a prática dos atletas.

Antes administrada pelos clubes, agora passava a direção para o governo federal, o poder passava então a ser centralizado.

Mas antes que o Decreto/Lei nº 3,617 fosse criado, já existia em vigor uma lei que incentivava o esporte universitário o Decreto/Lei nº 421 de 1938, que exigia que fossem criadas praças esportivas em universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior para seus alunos.

O Decreto/Lei nº 3.617 foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas, e além de oficializar a CBDU, também determinava a base de funcionamento do esporte universitário brasileiro:

Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:

I – Haverá, em cada estabelecimento de ensino superior, uma associação atlética Acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela, fazer parte deste.

II – As associações atléticas acadêmicas formarão, dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo o presidente daquela fazer parte deste.

III – As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos isolados de ensino superior, no Distrito Federal ou dentro de um mesmo Estado, ou Território, reunir-se para a constituição de uma federação atlética acadêmica, salvo se preferir em filiar-se à federação da universidade ou de uma das universidades aí existentes.

IV – As federações atléticas acadêmicas de todo o país formarão a Confederação dos Desportos Universitários (Brasil, 1941b).

Com o Brasil no comando de Getúlio Vargas, tanto o esporte em um modo geral, quanto o universitário, como já dito antes era centralizado na mão do governo, de forma burocrática, modelo esse que não agradava a todos. Entre este período da

Era Vargas a Ditadura Militar o esporte continuaria de forma centralizadora e autoritária.

Com o General Ernesto Geisel na presidência, foram criadas novas leis para o esporte em geral, e uma delas foi a Lei Federal nº 6.251/75 e do Decreto/Lei nº80.228/77 que instituíram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto e logo em seguida criou-se o Sistema Nacional de Esportes, onde o esporte universitário se encaixou em um subsistema denominado Esporte Estudantil:

Do Sistema Desportivo Nacional

Art. 10º - Para efeito de definição do Sistema Desportivo Nacional são reconhecidas as seguintes formas de organização dos desportos:

I – comunitária;

II – estudantil;

III – militar; e

IV – classista (BRASIL 1975).

Teve então a necessidade de uma divisão do esporte universitário em: escolar e universitário, com o intuito da prática e incentivo ao esporte estudantil, para um melhor atendimento ao público (estudantes).

Com a Constituição federal de 1988 o esporte ficaria muito mais próximo à sociedade, diferentemente do que aconteceu entre a década de 1940 a 1970, em que o poder ficava centralizado na mão do governo (Starepravo et al 2010). Sendo assim a Constituição de 1988 foi definida no quesito esporte:

Art. 217 É dever do Estado fomentar, práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando:

I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (BRASIL 1988).

Fica claro que, o esporte universitário começava a seguir outros rumos, deixando de ficar somente na mão do Estado e passando a ter mais autonomia com os indivíduos frente às instituições. Na década de 1980 ocorre também a separação entre esporte profissional e não profissional (esporte profissional e esporte amador), surtindo um grande efeito em cima do esporte universitário, que deixaria de ser visto somente como esporte-educação e esporte – participação, e passa a ser visto como esporte-performance. Ou seja, passa a ser caracterizado como uma manifestação do esporte de alto nível, mais próxima ao profissionalismo (Starepravo 2006).

Como ficaria então o esporte universitário agora dividido como esporte-performance, esporte-educação e esporte-participação? A partir desta divisão o governo começa a dar mais prioridades de verbas ao esporte-educação, pois seria considerada como a base do esporte no âmbito escolar, ocasionando a modificação da organização do esporte universitário. Devido que sua estrutura não estaria totalmente adequada ao esporte profissional, deixaria então lacunas em abertos, que só seriam fechadas mais adiante.

Surgiu então na década de 1990 a Lei Zico e a Lei Pelé, que vinha acrescentar ao esporte mais conhecimento e algumas alterações positivas a Constituição Federal de 1988:

Lei Federal nº 8.672/de 06 de julho de 1993 (Lei Zico):

CAPÍTULO III Da Conceituação e das Finalidades do Esporte:

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I – desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e lazer;

II – desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente.

III – desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações. Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado:

I – de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por Contrato de Trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II – de modo não profissional, compreendendo o desporto:

a) semiprofissional, expressão pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de Contrato de Trabalho;

b) amador identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais (Brasil, 1993).

A partir desta lei, o esporte passa também a ser visto como algo mais “leve”, onde ficaria mais próximo ao indivíduo para uma melhora na qualidade de vida, e trazendo o lazer como um meio de envolvimento do indivíduo a sociedade. Além dessas alterações, como visto o esporte é separado como esporte profissional e amador. Onde entra então o esporte universitário nesta lei? Como esporte universitário não é citado diretamente na Lei Zico, como anteriormente dito ele está na divisão como esporte-performance/esporte-rendimento e a partir disto ele tem um enfoque maior perante ao Estado, com possibilidades de apoio financeiro e novos meios de inclusão, diretamente via iniciativa privada. A portaria nº 236 do Ministério da

Educação, de 08 de abril de 1987 regulamenta novas normas de funcionamento do sistema esportivo:

Art. 1º - A organização e o funcionamento do Desporto Universitário obedecerão ao disposto na Lei nº 6.251, de 08 de outubro de 1975, no Decreto nº 80.228, de 25 de agosto de 1977, nesta portaria e nas resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Desportos e na Legislação educacional universitária.

Parágrafo único – o Desporto Universitário tem seu campo de atuação adstrito a manifestação esporte-performance no âmbito do Sistema Desportivo Nacional, vedada qualquer interferência nas duas outras manifestações (esporte-educação e esporte-participação) definidos na Recomendação 01/86 do CND (Brasil 1987, grifos nossos).

Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998, conhecida como Lei Pelé veio ser um passo a mais para a consolidação da autonomia do indivíduo perante o Estado, sobre o quesito esporte. Esta lei sobre sai em um ponto importante presente na Confederação de 1988, em que reafirma que é direito de todos a terem acesso esporte: “Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios de: [...] V – do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas esportivas formais e não formais” (Brasil, 1998). Além de legalizar os bingos, profissionalizar os clubes e coloca-los mais próximo aos lucros.

A Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Piva, veio consolidar as leis anteriormente ditas (Lei Zico e Lei Pelé), principalmente no âmbito do esporte universitário:

Art. 1º O caput do art. 56 da Lei 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI, renumerando-se o seguinte:

‘Art. 56 [...] VI – dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognóstico e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal,

deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.’

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes § § 1º e 5º:

‘Art. 56 [...] § 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

§ 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no §1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário.

§3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput: I – constituem receitas próprias dos beneficiários, que receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio;

II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos.

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo.

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei.' (Brasil, 2001).

Destaca-se nessa lei principalmente o repasse para o esporte universitário, de dez por cento para o desporto escolar e cinco por cento para o desporto universitário, fortalecendo e reestruturando o esporte universitário.

Após ter vários “nomes”, como Divisão de Educação Física em 1937, Departamento de Educação Física e Desportos em 1970, sendo transformado em Secretária de Desportos da Presidência da República em 1978, entrem outros, porem todos vinculados ao Ministério da Educação. No ano de 2004 o esporte passa a ter seu próprio Ministério, sendo transformado em Ministério do Esporte, a política adotada pelo governo federal neste mandato foi a de intervir nas instituições, a fim de buscar reorganizar o esporte universitário brasileiro (Starepravo 2006).

Desde 1940 até os dias atuais, o esporte universitário cresceu e se fortaleceu, mesmo tendo passado por fases em que o autoritarismo o dominava. Entre as décadas de 1940 e 1970 o esporte universitário começou a se modelar, surgiam então as federações esportistas, a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) e diversas leis voltadas ao esporte em geral, que se tornaria modelos importantes para o crescimento e desenvolvimento do esporte universitário. Mesmo se mantendo na mão do Estado por muitos anos e de uma forma centralizada, o esporte universitário desenvolveu-se.

Porem essa forma de poder na mão do Estado começou a se dissolver após o fim da ditadura militar, quando os clubes começam a ter mais autonomia ao esporte, e com o surgimento das leis como a Lei Zico, Lei Pelé e Lei Piva, o esporte universitário dá um grande salto para sua difusão, se transformando então em esporte/performance, já que o esporte começava a ser visto como mercadoria. Como a Lei Piva, o esporte universitário passa a ter mais repasses públicos do governo, se transformando em um esporte mais profissional e tendo apoio de iniciativa privada.

O lazer passa ser um meio de introduzir o indivíduo a sociedade de forma efetiva e o esporte torna-se um meio para a melhora da qualidade de vida, qualidade essa que se começa a buscar desde pequeno, quando ocorre o envolvimento da criança/adolescente junto a prática esportiva, tanto dentro do âmbito escolar, quanto fora, através das ruas de lazer, dentre outros projetos, porém muitas das ocasiões isso não acontece, devido à falta de acessibilidade ou até mesmo a inexistência de alguém capacitado para proporcionar tal envolvimento, partindo então do ponto de não exercer o seu direito como cidadão, sendo que está descrito na Constituição, que é dever do Estado, fomentar práticas esportivas formais e não formais a sociedade, surge então a necessidade de se criar projetos que envolvam a sociedade a prática esportiva, tanto dentro das comunidades, quanto dentro das escolas e universidades. Pois a prática de atividade física traz benefícios fisiológicos quanto sociais ao indivíduo que o pratica. Benefícios estes, que já vem sendo discutidos em vários artigos.

4.4 Prática Esportiva X Constituição Federal de 1988

A atividade física quando realizados dentro do contexto da prática esportiva, favorecem também a interação e a sociabilidade, havendo dois requisitos básicos: prazer e regularidade e um decorre do outro (Coelho 2013). A partir deste contexto podemos afirmar que o indivíduo para ter uma boa qualidade de vida necessita além de outros fatores, a realização diária da prática de atividade física, que além de proporcionar vários benefícios a saúde, ajuda na formação de atletas, e diminuição da taxa de inclusão social, trazendo o indivíduo para mais perto da sociedade.

E de acordo com a Constituição Federal de 1988: Artigo 217 É dever do Estado fomentar, práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um...

Mas como saber se esse a sociedade está sendo atendida em seu direito como assegura a lei? Para saber essa resposta vamos começar diferenciando práticas desportivas formais e não formais. A prática desportiva formal é aquela regulada pelas regras nacionais e internacionais do esporte e administrada por entidade de organização esportiva [...]. Prática não formal, caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes (Gomes 2009).

A partir dessas características, observamos que o indivíduo se encaixa em dois perfis diferentes quando se fala em prática esportiva: o atleta, que participa de

competições de alto nível, de alto rendimento, sempre de forma mais assistida. E o amador, que utiliza o esporte de modo voluntário, como forma recreativa, para o seu bem estar e melhora da sua qualidade de vida. Após diferenciados, Gomes (2009), procura identificar se o Estado através de suas instituições está cumprindo sua obrigação perante a sociedade, atendendo esses dois tipos de indivíduos. Partindo da sua iniciação na vida escolar, o Estado decreta através da Lei nº 10.793/2003 parágrafo 3: “A educação física, integrada a proposta pedagógica, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua pratica facultativa ao aluno” (Constituição Federal 1988). Tentando diminuir assim o número de crianças e adolescentes sedentários, e colocando quase todos os jovens e crianças que estudam no Brasil em contato com o esporte (Gomes 2009). Para as práticas voltadas ao esporte-performance (desporto de rendimento) como definido no artigo 3º, III da Lei Pelé, nos seguintes termos: Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações (Brasil 1998). E tem como característica a remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática esportiva (Gomes 2009), incentivando o desporto de rendimento e os atletas.

Quando se fala em práticas desportivas não formais, podemos destacar o lazer, utilizado como promoção social e desenvolvido, na maioria das vezes pelo Poder Público, como descrito no último parágrafo do artigo 217: Parágrafo 3º “O Poder Público incentivara o lazer, como forma de promoção social” (Constituição Federal 1988), podendo também ser promovido pela iniciativa privada, como por exemplo, as corridas de rua.

Ficou Identificado segundo, Gomes (2009), que o indivíduo perante a Constituição Federal vem sendo atendido nos seus direitos, com a elaboração de leis e desenvolvimento de ações que integram o cidadão a práticas esportivas.

4.5 Atividade física x Sedentarismo (biofisiologico)

Vários estudos indicam que a inatividade física, pode acarretar vários problemas ao indivíduo como o aparecimento de disfunções crônico-degenerativo como: diabetes mellitus tipo 2, hipertensão, obesidade, as cardiopatias, entre outros, além das

doenças psicossociais como: depressão, ansiedade, baixa autoestima (Guedes et al 2006).

Em diagnóstico realizado pelo Ministério do Esporte no ano de 2013, o sedentarismo atinge cerca de 45,9% dos brasileiros. Os dados coletados sobre práticas esportivas e atividades físicas relativas ao ano de 2013, sendo que 41,2% são do sexo masculino e 50,4% são do sexo feminino. Quando se fala em faixa etária, o sedentarismo atinge 32,7% dos jovens de 15 a 19 anos, o índice cresce conforme a idade, chegando a 46,4% de 35 a 44 anos e a 64,4% entre os brasileiros de 65 a 74 (Ministério do Esporte, 2015). Através desses dados, observa-se que o percentual de sedentários vem crescendo gradativamente, e sendo ele um fator de risco para o aparecimento de morbidades e a prática de atividade física se torna um fator predominante contra o sedentarismo. Como destaca Guedes et al (2006):

“...Diante das agressões do comportamento sedentário para a saúde individual e de sua elevada prevalência em todo o mundo, intervenções direcionadas ao incentivo da prática habitual de atividade física vêm sendo considerada uma das metas prioritárias no campo da saúde pública”.

Segundo DA SILVA, 2009, para um melhor aproveitamento da atividade física para o público jovem os exercícios predominantemente aeróbios, que são os mais indicados para a promoção e manutenção da saúde, essa atividade é capaz de promover diversas adaptações no organismo dos jovens, alguns dos benefícios são: uma boa qualidade no sono que tem influência direta sobre os estados de ansiedade e depressão, aumento da autoestima, ajuda no autoconhecimento corporal e no cuidado com a aparência física, melhora a capacidade funcional, reduz a obesidade e melhora a qualidade de vida e boa regularidade de controle hormonal, diz o autor, aumento da eficiência dos pulmões e coração; aumento das cavidades do coração, aumento do volume total de sangue e volume máximo de oxigênio promovendo um aumento da absorção, captação e transporte de oxigênio; aumento do número e tamanho dos vasos sanguíneos; melhora da tonicidade muscular e dos vasos sanguíneos além de promover um aumento da capacidade oxidativa dos carboidratos e ácidos graxos livres.

As atividades físicas que envolvem exercícios anaeróbicos traduzem também os benefícios como: o aumento de massa muscular, o que pode ajudar a manter o gasto energético em repouso e evitar a obesidade; aumento da força e resistência muscular; aumento da secreção de hormônios anabólicos; diminuição da porcentagem de gordura corporal; aumento da densidade mineral óssea; melhora do metabolismo da glicose e da sensibilidade da insulina o que evita diabetes, uma doença frequente em indivíduos obesos; melhora os perfis de lipídios séricos, como aumento do colesterol HDL e redução do colesterol LDL, evitando aterosclerose e cardiopatia coronariana; aumento do metabolismo celular nas horas seguintes ao exercício; aumento do gasto calórico, favorecendo o equilíbrio calórico negativo e melhora a autoestima.

Quanto ao fator de sociabilidade o esporte praticado pela juventude enfatiza Pires, (1998), em seus estudos observacionais que os jovens que praticam atividades físicas num período regular durante a semana, mostraram um bem-estar psicológico mais equilibrado e também demonstram melhores relações sociais com os familiares e colegas da escola, pois a atividade física diminui o estresse ocasionado pela transição de idade nesta fase. De acordo com Biazussi, citado por Pires, 2004, mudanças positivas na aparência corporal, oriundas da prática esportiva, podem ajudar a diminuir o desânimo e a resignação, afetos tão comuns nessa fase da vida.

Partindo desse ponto, volta-se destacar o importante papel dos projetos ligados à prática esportiva dentro das universidades, que visam a inserção do indivíduo ao mundo da atividade física, diminuindo assim o percentual de sedentários entre os universitários, e a diminuição da taxa de exclusão social.

A Universidade Federal do Espírito Santo através de professores comprometidos com a prática do esporte de maneira sistematizada e esta prática considerando como direito fundamental e como instrumento de políticas públicas, sociais e educacionais e tendo consciência de seu dever quanto representante de instituição pública de cumprir o que preconiza a Constituição brasileira de 1988 em seu caput do artigo 217.

“Art.217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados...:”, busca implantar e implementar projeto que

possibilite esta prática esportiva, inclusive buscando parceiros que tenham em seus propósitos estes mesmos conceitos para que juntos possamos fomentar esta prática esportiva com a comunidade acadêmica.

5 IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO PILOTO UNIVERSITARIO (PPU)- ANALISE DOCUMENTAL

5.1 Propostas da Universidade na Implantação do PPU/Justificativa

Devido a gradual deterioração das Universidades públicas na década de 60, partir dos anos 2000 percebe-se que o começa governo a injetar recursos para a educação, umas das fontes contempladas foi a área da Educação Física, possibilitando propostas para ao acesso efetivo dos acadêmicos a atividades físicas, sendo um deles o Projeto Piloto Universitário (PPU), implantado pelo Governo Federal.

Ressaltando que pretendiam seguir na rota do direito ao acesso as atividades formais e não formais de atividades físicas, tendo no planejamento como chave básica de sustentação as atividades definidas após ampla discussão com os representantes das Universidades compromissados em implantar núcleos esportivos sem suas unidades universitárias. Os núcleos esportivos vão se consolidando com a adesão dos professores de Educação Física.

5.2 Ciclos

A UFES propõe sua implantação através de dois ciclos:

No 1º ciclo- ano de 2009 com a Pró-Reitoria de Extensão discutindo e propondo a inclusão no planejamento de 2010 da instituição como atividade transversal.

Quando da execução do 2º ciclo, tornando de extrema relevância a pratica esportiva universitária na instituição aos três segmentos, com prioridade aos discentes.

5.3 Objetivo Geral

Democratizar o acesso ao esporte educacional na comunidade acadêmica, prioritariamente, ao corpo discente, promovendo a constituição de Núcleos Universitário do Programa Segundo Tempo, como forma de possibilitar a ressignificação do esporte como manifestação da cultura corporal.

5.3.1 Objetivos Específicos

- Oferecer práticas educacionais, para atender as necessidades de formação esportiva e lazer, resgatando e elevando a cultura corporal dos beneficiados do programa;
- Diversificar a oferta das atividades, valorizando outras práticas corporais;
- Oferecer condições adequadas para as práticas educacionais esportivas de qualidade;
- Inserir o esporte como ação transversal no projeto pedagógico na Universidade;
- Fomentar a produção de conhecimento na área do esporte universitário apoiando pesquisadores, instituições e entidades científicas;
- Institucionalizar o esporte na universidade; Facilitar o acesso as instalações;
- Flexibilizar os horários;
- Dinamizar a realização de eventos;
- Realizar campanhas educativas através de temas transversais;
- Avaliar qualitativamente e permanente as ações educativas, através de um projeto específico, que passamos a chamar de Projeto de Pesquisa Universitário-PPU para Projeto Piloto;
- Integrar a comunidade universitária.

5.4 Diretrizes Metodológicas Aplicadas nos Núcleos

Segundo proposta inicial, os Núcleos Universitários da Universidade Federal do Espírito Santo estarão destinados à prática esportiva com atividades desenvolvidas sob a orientação de professores e estagiários de Educação Física e Esporte prioritariamente. Tendo como foco a participação esportiva, através de atividades sistemáticas e assistemáticas.

O projeto pretendia após a implantação e implementação do 1º ciclo inserir através da Pró-reitora de Extensão o esporte como ação transversal no projeto pedagógico da Universidade constando no Plano de Desenvolvimento Institucional.

A ação do núcleo buscava a interface com o ensino, pesquisa e extensão universitária.

5.5 Temas Transversais

No planejamento seria discutida a inclusão de temas transversais no desenvolvimento das ações pelos núcleos esportivos, com ênfase no período de atividades concentradas.

5.6 Ações Assistemáticas

Na elaboração do planejamento, as ações assistemáticas da comunidade universitária seriam evidenciadas, buscando a utilização dos espaços físicos identificados para atender as demandas identificadas.

5.7 Ações Sistemáticas

Planejamento de uma carga horaria semanal para orientações sobre atividades esportivas definidas nos núcleos que seriam desenvolvidas nas ações pedagógicas e nas atividades de impactos (concentradas) que aconteceriam entre e com os núcleos.

5.8 Gerenciamento do Projeto/Direção Executiva

O núcleo universitário da UFES seria gerenciado por uma Direção Executiva e Coordenação Geral. A Direção Executiva, de caráter normativo e deliberativo, seria constituída com a participação de, 1 (um) representante da instituição, 1(um) representante da entidade máxima de representação dos estudantes da universidade, 1 (um) representante da coordenação geral, 1 (um) representante das coordenadores dos núcleos, 1 (um) representante dos monitores/estagiários, 1 (um) representante dos servidores, 2 (dois) representantes das atléticas e ligas esportivas.

Como descrito acima, o núcleo universitário seria constituído por junta de representantes, porém, até agora no período de 2015 é composto somente por um coordenador e um co-coordenador, além de seis monitores que atuam dentro de cada modalidade, representados abaixo;

Membros executores:

- Og Garcia Negrão Professor Departamento de Desporto- Coordenador Geral;
- Luís Irapoan Jucá da Silva- Professor Departamento de Desporto- Coordenador Pedagógico;

- Monitores: monitores-alunos do Curso de Educação Física Bacharelado e Licenciatura com 05 bolsas da Pro Reitoria de Extensão (PROEX) e 01 bolsa administrativa do CEFD.

5.9 Organização do Projeto Piloto Universitário

Cada núcleo seria constituído de núcleos esportivos em média de 100(cem) beneficiários.

Cada parceria contaria com 1 (um) coordenador geral e cada núcleo com 1(um) coordenador de núcleo e 2 (dois) monitores/estagiários todos vinculados aos cursos de Educação Física e/ou Esportes.

Todos os nomes deveriam passar por aprovação por maioria simples no Departamento de Desportos.

5.10 Impactos

5.10.1 Impactos Diretos:

- Interação entre os participantes e destes com a sua realidade local;
- Melhora da autoestima dos participantes;
- Promoção e melhoria da qualidade de vida;
- Aumento do número de praticantes de atividades esportivas educacionais e de lazer;
- Abertura da prática de atividades aos estudantes com deficiência, entre outros impactos.

5.10.2 Impactos Indiretos:

- Contribuir para maior efetividade das políticas universitárias de inclusão;
- Melhoria no processo de aprendizagem;
- Geração de novos empregos no setor de educação física nos locais de abrangência do programa;
- Promover a acessibilidade;
- Melhoria da infraestrutura esportiva nas universidades; entre outros.

Partindo do ponto dos impactos, O PPU vem atingindo gradativamente o seu objetivo, uma melhora significativa do ponto de vista da adesão dos três segmentos da universidade a prática de atividade física continuada, gerando assim segundo SILVA (2009), benefícios fisiológico e sociais entre os participantes. Outro impacto

identificado foi a inter-relação entre a extensão e o ensino através da promoção de conhecimentos aos alunos no campo de estágio supervisionado obrigatório.

5.11 Espaços Físicos

Os núcleos fariam uso dos espaços físicos da própria universidade para a prática das atividades físicas previstas.

Seria necessária a ampliação e revitalização dos espaços existentes, executando pequenos reparos nos locais identificados para a utilização dos universitários tanto em atividades assistemáticas quanto sistemáticas, propõe-se o trabalho em locais alternativos e multifatoriais.

O espaço do Centro de Educação Física e Desportos (CFED) vêm sendo utilizado para a prática das atividades do projeto, como define o projeto original, onde houve os reparos e adequações necessárias para o uso.

5.12 Atividades físicas ofertadas

O núcleo universitário ficaria responsável pelo levantamento das demandas em relação às atividades e aos horários, para se adequar aos interesses do público alvo, programação a ser definida no colegiado nos núcleos esportivos e depois no Colegiado do Núcleo Universitário.

Além de atender aos participantes com um horário flexível para a realização de suas atividades.

6 EVOLUÇÃO DO PROJETO PPU PARA PROGRAMA PPU

6.1 De modalidades esportivas a Projetos

Para que pudesse se tornar uma ação concreta, o projeto foi submetido, elaborado e passado em todas as instâncias da instituição para que as ações propostas fossem institucionalizadas. Foi então que no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e dez, o Projeto Piloto Universitário (PPU) com o objetivo de democratizar o acesso a prática esportiva da comunidade acadêmica, como forma de possibilitar a ressignificação do esporte como manifestação da cultura foi aprovado (Conselho Universitário 2010), nesta etapa as modalidades faziam parte do projeto (PPU).

Enquanto projeto (Projeto Piloto Universitário), ele desenvolvia as modalidades esportivas, quando estas consolidadas junto à comunidade universitária tornam-se

projetos que gera o Programa Piloto Universitário (PPU). E o projeto inicial PPU fica responsável pelas novas modalidades que vinham a surgir e o sistema online de cadastro, as principais etapas executadas no período visando ao alcance dos objetivos foram as seguintes:

- Inserção de Projetos junto ao Programa Piloto Universitário;
- Apoio recebido do Projeto Piloto Universitário quanto a Gestão Administrativa ao Programa PPU.
- Através do Projeto Piloto Universitário efetivação do sistema online para cadastro dos futuros participantes do Programa PPU;
- Fornecimento de relatórios aos demais Projetos do Programa PPU;
- Inserção de Projetos junto ao Programa Piloto Universitário;
- Apoio recebido do Projeto Piloto Universitário quanto a Gestão Administrativa ao Programa PPU;
- Possibilitar o desenvolvimento da disciplina de ensino Estágio Supervisionado nos diversos Projetos PPU.

Em 2015 a consolidação do PROGRAMA com cadastro no SIEX sob nº 500208 se efetivou através dos projetos

Institucionalizados com cadastro no SIEX, como:

- Projeto de Extensão Prática da Natação- SIEX nº 400741;
- Projeto de Extensão Prática do Voleibol- SIEX nº 400787;
- Projeto de Extensão Prática do Tiro com Arco- SIEX nº 400791;
- Projeto de Extensão Piloto Universitário- SIEX nº 400742.
- Projeto de Extensão Prática da Dança de Zumba- SIEX nº 401164
- Projeto de Extensão Atléticas em Ação- SIEX nº 401163

Das Parcerias formalizadas, como:

- Núcleo de Lutas do CEFD (modalidades de Judô, Jiu-Jitsu e Capoeira).
- Ministério do Esporte; (recursos financeiros).
- Federação Capixaba de Tiro com Arco (materiais didáticos).
- Pró Reitoria de Extensão- UFES. (Bolsas de extensão).

6.2 Sistema online de cadastro

O sistema online de cadastro vem ser uma ferramenta a mais para o acesso do aluno ao Programa Piloto Universitário (PPU), visando ter um acesso mais rápido para o cadastro e recadastramento, tornando um meio de comunicação entre os alunos e coordenação do PPU. Quem administra esse sistema é uma monitora que além de ser responsável por gerenciá-lo, fica também sobre a sua responsabilidade a confecção de pautas, encaminhamento de e-mails aos alunos, desenvolve informativos eletrônicos, entre outros (Diretrizes Programa Piloto Universitário 2015).

Através deste sistema online, se identifica os alunos cadastrados, alunos no cadastro de reservas, constam também a quantidade de alunos que deixam de frequentar aos projetos e modalidades. E aos alunos que param de frequentar as atividades é encaminhado um e-mail para saber sua justificativa de deixar o programa, e logo em seguida encaminha-se outro e-mail para os alunos que estão no cadastro de reservas, solicitando assim sua participação ao programa. Ressaltamos que o questionário eletrônico enviado aos alunos para a presente pesquisa foi via sistema online do PPU.

7 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2015

O Programa PPU agora no ano de 2015 oferece um amplo leque de projetos e modalidades.

7.1 Ofertas de projetos, modalidades, dias e horários:

Descrevemos abaixo os projetos e modalidades ofertadas pelo PPU com seus respectivos dias e horários.

(Tabela 1) – dias e horários – PPU 2015.

Projetos	Dias	horários	Locais de Execuções
Prática da Natação	Segunda a quinta	14:30 as 20:00	Parque Aquático
Prática do Voleibol	Segunda a quinta	17:00 as 19:00	Quadras Cobertas Externas
Prática do Tiro Com Arco	Segunda a quinta	16:00 as 20:00	Campo de Tiro com Arco
Prática da Dança de Zumba	Terça, quarta e quinta	19:00 as 20:00	Sala de Dança
Atléticas em Ação	Segunda a quinta	18:00 as 20:00	Parque Aquático
Modalidades/Parceria			
Judô	Segunda a quinta	18:00 as 21:00	Sala de Lutas
Jiu-Jitsu	Terça e quinta	17:00 as 18:00	Sala de Lutas
Capoeira	Segunda e quarta	19:00 as 20:00	Sala de Capoeira

7.2 Atividades

Conforme o quadro acima as modalidades ofertadas foram em consequência da estrutura existente tanto física como em Recursos Humanos.

7.3 Capacitação dos monitores/estagiários

A capacitação dos monitores/estagiários é realizada pelos professores envolvidos diretamente no programa.

7.4 Parcerias

O Programa Piloto Universitário (PPU) hoje conta com a parceria do Ministério do Esporte, Núcleo de Lutas do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) com as modalidades de Judô, Jiu-jitsu e Capoeira, Federação Capixaba de Tiro com Arco e Pró Reitoria de Extensão UFES, Projeto de Extensão Prática da Natação, Projeto de Extensão Prática do Voleibol, Projeto de Extensão Prática do Tiro com Arco, Projeto de Extensão Piloto Universitário, Projeto de Extensão Prática da Dança de Zumba, Projeto Atléticas em ação.

7.5 Transferências de recursos

Os recursos resultantes da parceria com o Ministério do Esporte sua Transferência de Recursos é realizado através de Destaque Orçamentário.

7.6 Área de atuação

Na proposta inicial em fase de implantação no primeiro ciclo ano de 2009, o projeto atuaria no município de Vitória, com aproximadamente 1.900 universitários inscritos e participando do projeto.

A partir do 2º ciclo ano 2010 a perspectiva era que aumentasse o número de municípios atendidos, com aproximadamente 6.100 universitários inscritos e participando do projeto.

Em 2015 identificamos que o planejamento inicial não foi alcançado, sendo que neste período de 2015 foram cadastrados 3.073 universitários no Programa.

7.7 Comunicação do programa–Divulgação e comunicação

Uma das formas de comunicação do Programa em 2015 foi através de cartazes, folder, Outdoor, Boletim “Informa UFES” e Mala Direta. Os mostraram que a informação sobre o PPU que mais teve ressonância foi a informação passada entre colegas.

7.8 Contrapartida

O departamento de desportos viabilizara a disponibilização das instalações esportivas do centro de educação física a ser utilizadas, assegurando condições para desenvolver as atividades com segurança, acesso, possibilidade de movimentação nos espaços esportivos, etc.

7.9 Avaliação processual

A avaliação no contexto do Núcleo Universitário da UFES é entendida como atividade político-pedagógica que tem como função básica subsidiar tomadas de decisões. Nesse sentido, o processo de avaliação desse projeto pressupõe não só análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais do projeto, numa abordagem didático-pedagógico, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

Em 2015 a avaliação direta com os participantes e ex-participantes ocorrem através do sistema online e a avaliação do programa ocorre anualmente, com a participação da coordenação geral e da coordenação pedagógica, juntamente com estagiários, além de desenvolver orientações pedagógicas aos alunos do curso de educação física matriculados na disciplina de Estágio Supervisionado obrigatório, quanto a metodologia a ser desenvolvida junto ao público alvo.

8 ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS APLICADOS – GERAL

8.1 Praticantes Ativos

De acordo com o Relatório Técnico realizado no final de 2015, o Programa Piloto Universitário (PPU) teve ao todo (somando os períodos de 2015/1 e 2015/2) 1.046 (um mil e quarenta e seis) cadastros ativos no programa, além dos 1.287 (mil duzentos e oitenta e sete) pedidos de reserva de vaga.

Relatório apresentado pelo PPU referente ao ano de 2015.

QUADRO GERAL PPU 2015									
ALUNOS MODALIDADES	VOLEI	TIRO	JUDÔ	JIU- JITSU	ZUMBA	CAPOEIRA	NATAÇÃO	ATLÉTICAS EM AÇÃO	TOTAL
ATIVOS	132	120	79	30	111	83	431	60	1046
CADASTRO DE RESERVA	277	345	40	20	28	0	577	0	1287
TOTAL CADASTRADOS	409	465	119	50	139	83	1008	60	2333

E de acordo com a coleta de dados feita nos questionários aplicados aos Praticantes Cadastrados Ativos, dos 1.046 (um mil e quarenta e seis) praticantes tivemos o retorno de 234 (duzentos e trinta e quatro) praticantes 22% do valor total dos Cadastrados Ativos em 2015.

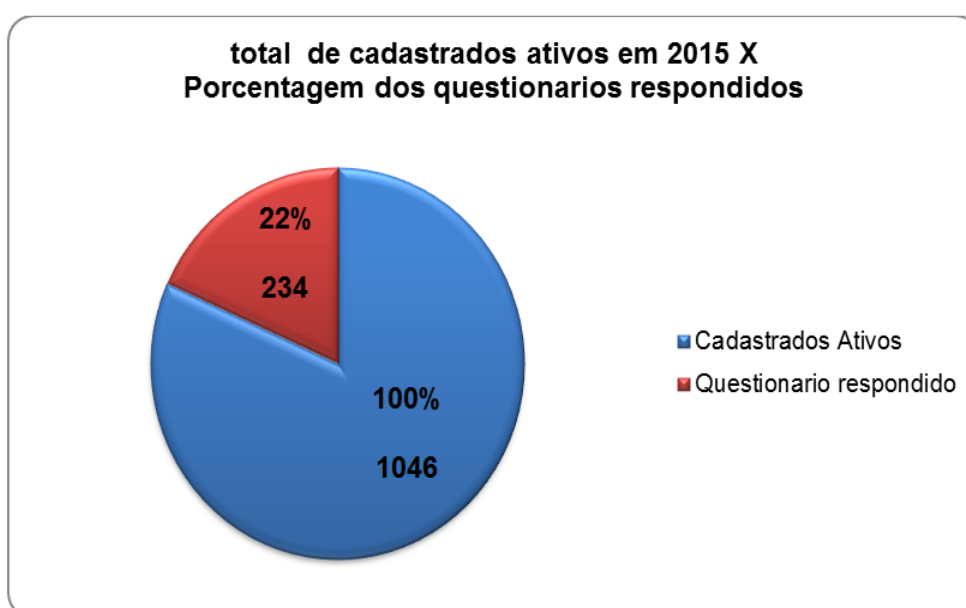


Gráfico 1 - Total de castrados ativos X questionários respondidos

Analisando o gráfico acima constatamos que obtemos o aproveitamento de 22% do valor total dos cadastrados no programa no ano de 2015, porcentagem essa favorável para a análise da presente pesquisa.

8.2 Ex-Praticantes

A avaliação técnica do PPU constatou que houve 714 desistências no programa durante o ano de 2015:

(Tabela 3) - DADOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS 2015 EX-PRATICANTES	
MODALIDADES	DESISTENCIAS
Capoeira	6
Jiu-Jitsu	69
Judô	19
Natação	297
Polo Aquático	0
Tae-Kwon-do	0
Tiro com Arco	119
Voleibol	95
Zumba	109
TOTAL DE DESISTENTES	714

Analisando os questionários aplicados aos ex-praticantes, dos 714 (setecentos e quatorze) desistentes ou suspensos do PPU, tivemos o retorno de 145 (cento e quarenta e cinco) ex-praticantes, valor que equivale a 20% da quantia total de desistentes no ano de 2015.

Resultados Ilustrados no Gráfico Abaixo:

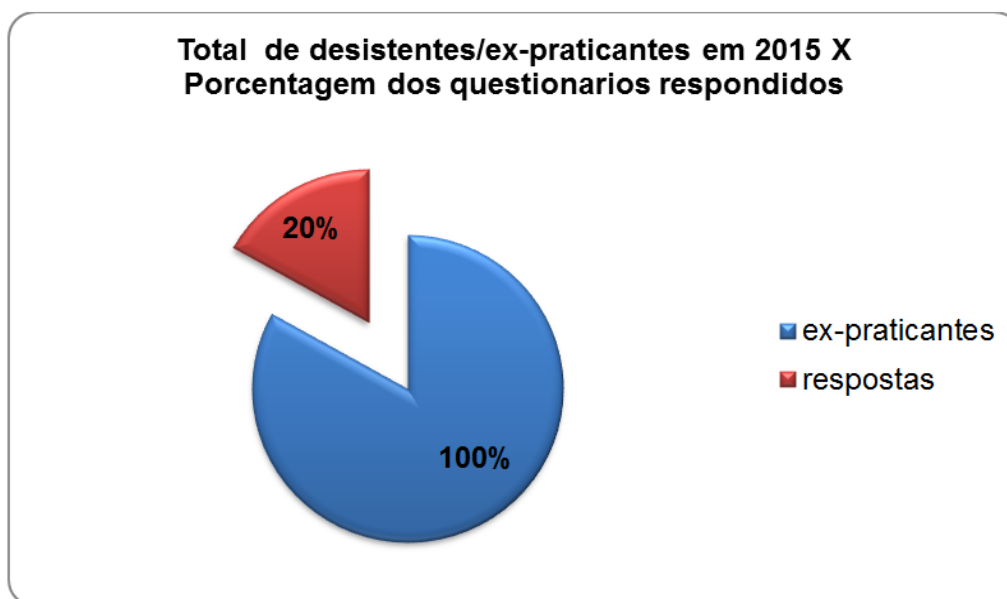


Gráfico 2 - Total de desistentes ex-praticantes X questionários respondidos

8.3 Cursos

Fundada em 5 de maio de 1954, a UFES possui quatro campi universitários – em Goiabeiras e Maruípe, na capital, e nos municípios de Alegre, no sul do Estado e São Mateus, no norte capixaba.

E oferece 101 cursos de graduação, com um total de 5.157 vagas anuais. Na pós-graduação possui 53 cursos de mestrado e 22 de doutorado.

O PPU está em atividade apenas no campi universitário de Goiabeiras/Vitoria, devido a isto os únicos cadastros são os Discentes dos campus situados na capital – Goiabeira e Maruípe.

A tabela abaixo mostra quantidade de Praticantes ativos, que responderam ao questionário, que são Discentes da Universidade e a quantidade de Ex- Praticantes, que responderam ao questionário, que também são Discentes da UFES.

(Tabela 4) - CURSOS POR ÁREAS		
ÁREAS	QNTD DISCENTES PRATICANTES	QNTD DISCENTES EX-PRATICANTES
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	46	36
CIÊNCIAS EXATAS	51	43
CIÊNCIAS HUMANAS	91	62
TOTAL	188	141

Dos Praticantes ativos que responderam ao questionário identificamos que 188 deles são Discentes da UFES, totalizando 80% dos 234 que responderam ao questionário.

Resultado Ilustrado no Gráfico Abaixo:

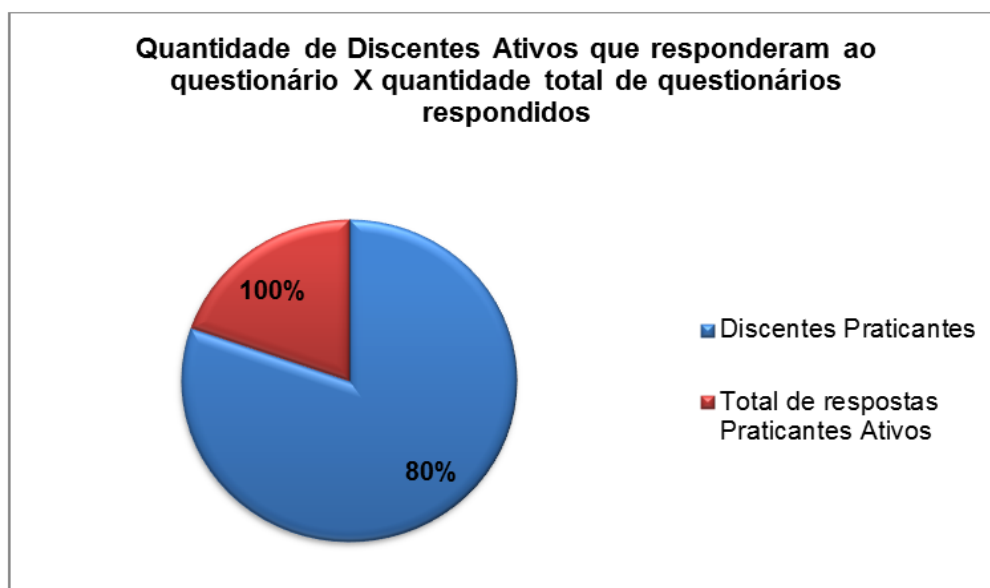


Gráfico 3 - Total de Discentes Ativos X Total de questionários respondidos.

E dos ex-Praticantes, Identificamos que dos 145 que responderam ao questionário, 141 são Discentes da UFES que estão desligados do Programa, correspondendo 97% de todos os ex-Praticantes que responderam.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:

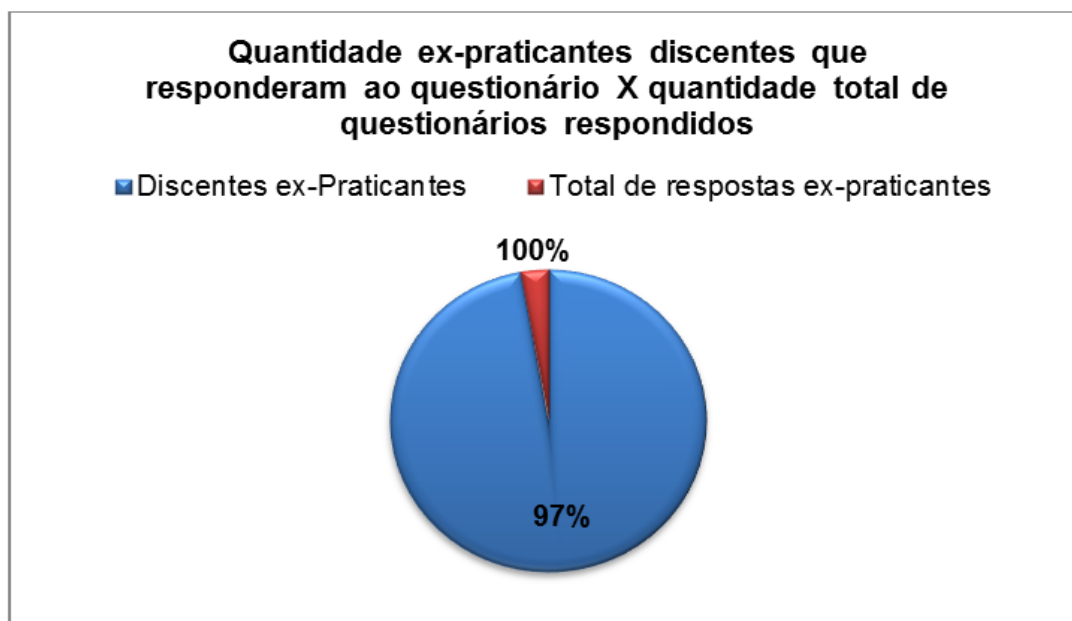


Gráfico 4 - Total de ex-praticantes Discentes X total de questionários respondidos.

9 ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS APLICADOS – PRATICANTES ATIVOS

9.1 Segmentos

No questionário aplicado aos praticantes ativos, a primeira pergunta foi utilizada para identificar o indivíduo por seu segmento – Discentes, Docentes, técnicos Administrativos e Comunidade Externa. A partir dessa resposta pôde-se identificar a quantidade de participantes/praticantes ativos no programa dentro de cada segmento que responderam o questionário.

Os resultados foram: (Tabela 5)

SEGMENTOS	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
Discentes	188	80,34188
Comunidade Externa	34	2,991453
Docentes	5	14,52991
Técnicos Administrativos	7	2,136752
TOTAL	234	100%

A tabela abaixo divide os segmentos dentro de cada modalidade ofertada pelo PPU:

MODALIDADES	Tabela 6 - SEGMENTO POR MODALIDADE			
	DISCENTES	DOCENTES	COM. EXTERNA	TEC. ADM
Capoeira	1	1	1	0
Jiu-Jitsu	4	2	0	0
Judô	7	0	1	0
Natação	101	0	24	2
Polo Aquático	4	1	3	0
Tae-Kwon-do	0	0	0	0
Tiro com Arco	19	1	1	1
Voleibol	27	0	0	1
Zumba	25	0	4	3
TOTAL	188	5	34	7
TOTALIZANDO= 234				

Analisando o gráfico abaixo identificamos que 80% dos 234 praticantes ativos que responderam ao questionário são estudantes (discentes) da UFES, isso nos mostra que ha grande envolvimento da comunidade universitária, em especial os discentes, no Programa.

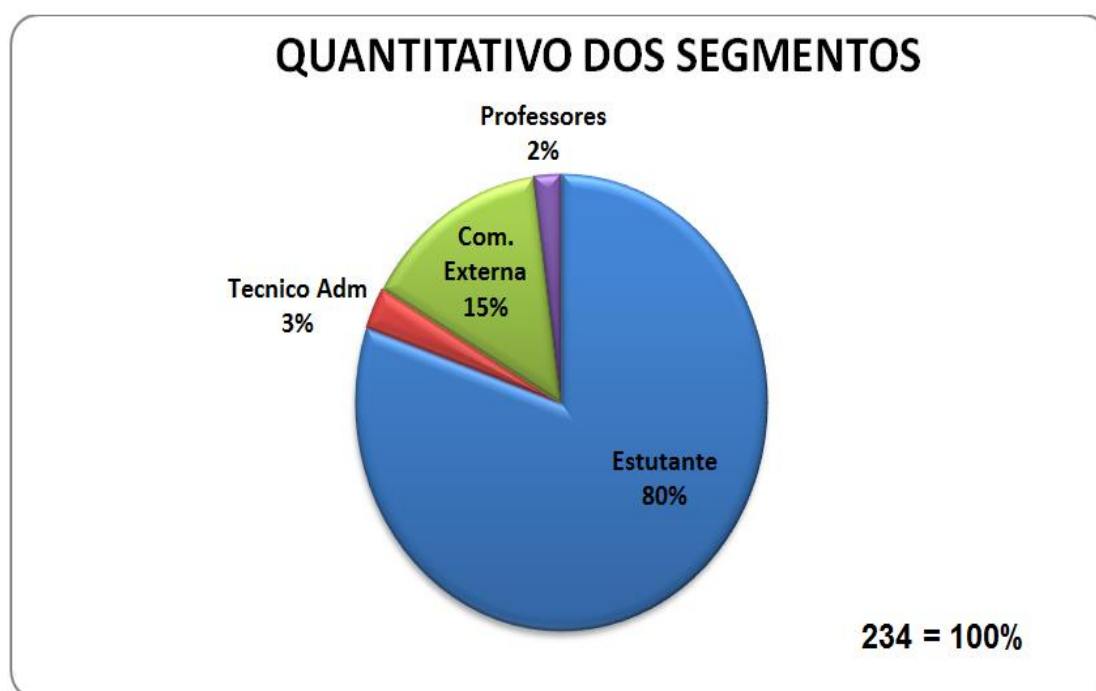


Gráfico 5 - Segmentos.

Tendo em vista que a segunda maior porcentagem de praticantes no programa foi o segmento da Comunidade Externa, totalizando 15% dos 234 que responderam ao questionário, procuramos identificar dentro dessa porcentagem se existiam ex-alunos da Universidade dando continuidade ao programa.

9.1.1 Comunidade Externa X Ex-Aluno UFES

Identificou-se um total de 8 (oito) praticantes que equivale 24% dos 34 que afirmaram no questionário ser do segmento Comunidade Externa, que eram ex-alunos da UFES e que estão dando continuidade as atividades que já praticavam quando discentes.

Resultado Ilustrado no gráfico abaixo:

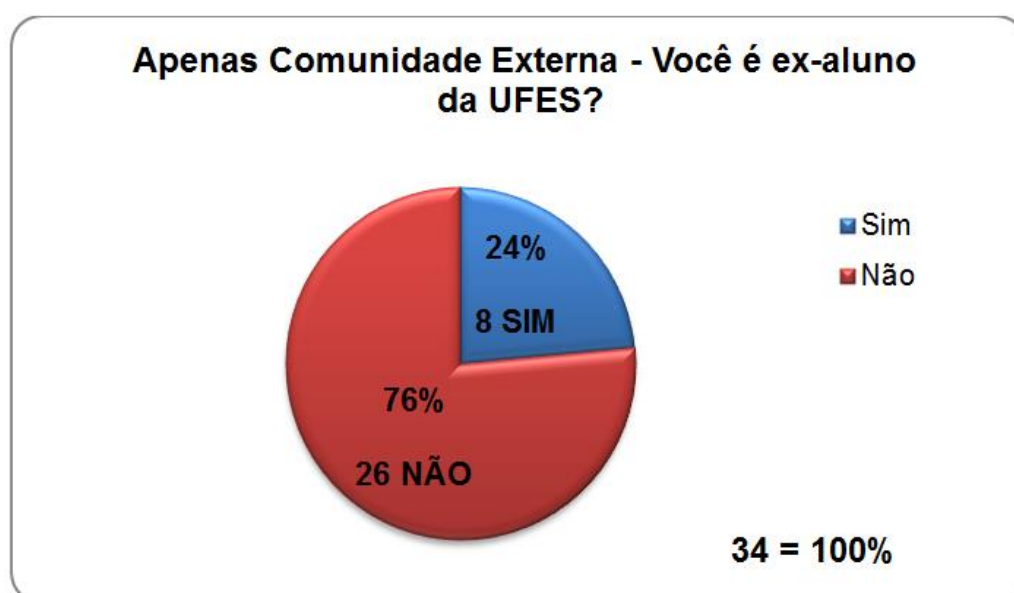


Gráfico 6 - Comunidade Externa - ex-aluno UFES

9.2 Gênero

Identificamos que o sexo Feminino somam 12% a mais que o sexo masculino no projeto.

Tabela 7- GÊNERO	QUANTIDADE
➤ Feminino	131
➤ Masculino	103
TOTAL	234

Resultado ilustrado no gráfico abaixo: **(Gráfico 7)**

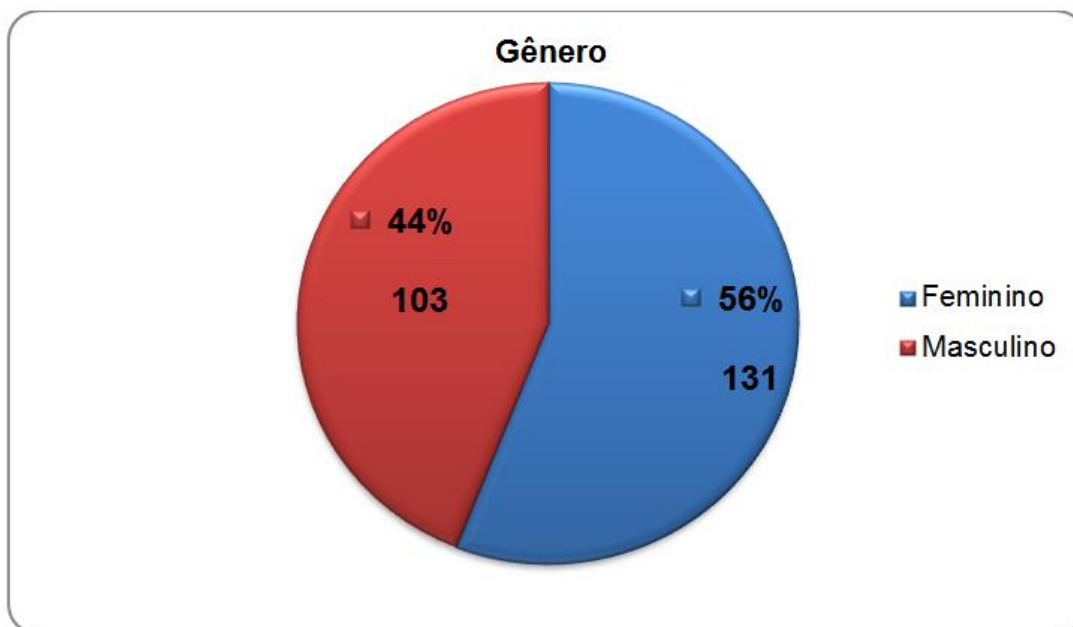


Gráfico 7 - Gênero

O percentual de pessoas que praticam atividades físicas durante o tempo livre passou de 30,3% para 33,8% nos últimos cinco anos, revelou a pesquisa Vigitel 2013 (Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico).

Os resultados da pesquisa Vigitel mostram que houve crescimento entre 2009 e 2013 de 11% no número de pessoas que realizam exercícios no tempo livre. E Apesar de os homens praticarem mais exercícios – 41,2% praticam atividades no seu tempo livre –, as mulheres tiveram um aumento maior nesses cinco anos, passando de 22,2% para 27,4%. Baseando-se na pesquisa apresentada pela vigitel, acredita-se que o aumento de mulheres ativas no PPU seja decorrente ao aumento de mulheres brasileiras que praticam atividade física.

9.2.1 Gênero por Modalidade

Devido ao grande numero de mulheres que participam do programa, é notório a maior participação do sexo feminino na maioria das modalidades ofertada pelo PPU.

Quadro relativo ao gênero por modalidade:

MODALIDADES	Tabela 8 - GENERO POR MODALIDADE		TOTAL
	FEMININO	MASCULINO	
Capoeira	1	2	3
JUI-JITSU	3	3	6
Judô	4	4	8
Natação	64	63	127
Polo Aquático	3	5	8
Tae-Kwon-do	0	0	0
Tiro com Arco	8	14	22
Voleibol	16	12	28
Zumba	32	0	32
TOTAL	131 mulheres	103 homens	234

9.3 Modalidades X Praticantes Ativos

A proposta do programa é de possibilitar o acesso dos acadêmicos de forma sistematizada as atividades físicas através do esporte, ampliando as possibilidades de uma melhor qualidade de vida e interação social entre os acadêmicos. O Programa “PPU” desenvolve fundamentos básicos de atividades como a Capoeira, Jiu-Jitsu, Judô, Natação, Polo Aquático, Tae-kwon-do, Tiro com arco, Voleibol e a Zumba. Partindo disso procuramos identificar dentro do programa qual modalidade ofertada tem maior número de praticantes e o motivo da grande procura pra tal atividade.

O quadro a seguir dividem os 234 praticantes ativos que responderam ao questionário aplicado, compondo o valor total de praticantes dentro de cada modalidade:

Tabela 9 - NÚMERO DE PRATICANTES POR MODALIDADES		
MODALIDADES	Nº DE PRATICANTES	PORCENTAGEM
Capoeira	3	1,28205
Jiu-Jitsu	6	2,5641
Judô	8	3,4188
Natação	127	54,2735
Polo Aquático	8	3,4188
Tae-kwon-do	0	0
Tiro com arco	22	9,40171
Voleibol	28	11,9658
Zumba	32	13,6752
TOTAL	234	100%

Resultados ilustrados no gráfico abaixo:



Gráfico 8 - Modalidade que pratica.

Analisando o gráfico acima, fica claro que a natação é a modalidade com maior número de praticantes ativos, a justificativa que encontramos para esse resultado é devido ampla disponibilidade de horários de aulas que a modalidade oferta. Essa modalidade é a única do programa que oferece 5 horas e meia de aulas, dando assim a liberdade ao aluno de escolher o melhor horário para praticar a modalidade. Além disto, essa modalidade é uma das mais indicadas por médicos para tratamentos de doença que influenciam negativamente a qualidade de vida do indivíduo.

Sabemos que o sedentarismo é o principal agravador de algumas doenças que influenciam negativamente a vida do indivíduo, por isso procuramos saber do aluno praticante se antes da participação no programa ele já praticava algum tipo de atividade física regularmente, e o resultado foi: Dos 234, apenas 88 responderam que “SIM” – praticavam algum tipo de atividade física regularmente e 146 responderam que “NÃO”. Esse resultado nos levou a enxergar a importância do programa na manutenção da saúde e na melhoria de qualidade de vida dos seus praticantes, principalmente da Comunidade Acadêmica.

TABELA 10 - ANTES DO PPU PRATICAVA ALGUMA ATIVIDADE ESPORTIVA			
SIM	88	NÃO	146



Gráfico 9 - Antes do PPU - Praticava atividade física

Para verificar qual atividade o aluno praticava antes de participar do programa, listamos as seguintes opções de modalidades: Academia, Basquetebol, Ciclismo, Corrida, Dança, Futebol, Futsal, Handebol, Lutas, Mergulho, Natação, Polo Aquático, Remo, Tiro com Arco e Voleibol. Das 15 (quinze) atividades citadas, 10 (Dez) foram marcadas como já praticadas pelos alunos antes de ingressar no programa.

Resultados Ilustrados no gráfico abaixo:

Caso a resposta acima seja sim, que modalidade Praticava?

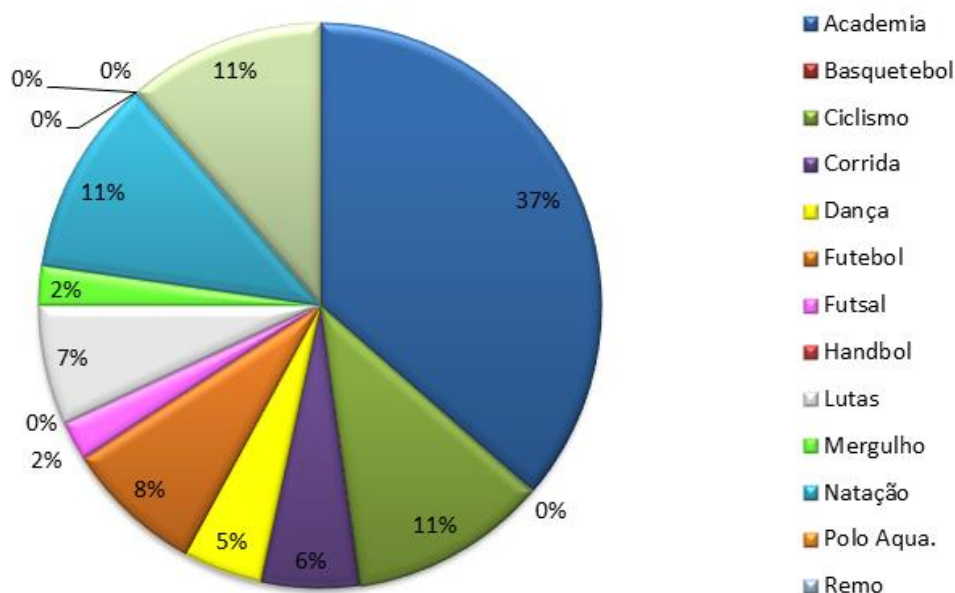


Gráfico 10 - Que modalidade praticava.

De todas as dez atividades citadas, a academia foi a atividade mais praticada entre os alunos antes de ingressarem no PPU, de 88 respostas 32 marcaram essa atividade física.

Para Marcellino (2003) As academias vêm sendo procuradas por diferentes classes sociais, às vezes sendo entendida como opção ou substituição da Educação Física escolar e nos momentos de lazer.

Percebe-se que hoje em dia as pessoas têm procurado cada vez mais as academias do que as Modalidades Esportivas para as praticas de exercício físico. Alguns procuram por orientação médica, bem estar, qualidade de vida ou até mesmo por

melhor flexibilidade de horários e localidades que as academias apresentam comparando com algumas modalidades esportivas e dentre outros fatores.

Outro ponto importante foi verificar o grau de afinidade que o aluno tem com a atividade escolhida, no caso procuramos identificar se o aluno já praticava ou se já teve algum contato com a atividade no qual se cadastrou.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:



Gráfico 11 - Já praticava modalidade escolhida

Foi identificado que de todos os praticantes ativos apenas 36% já praticaram ou tiveram algum contato com a modalidade/atividade escolhida.

9.3.1 Sugestão de Modalidades

Propusemos aos praticantes ativos que responderam ao questionário aplicado a oportunidade de contribuir com sugestões positivas de melhorias para o programa. Sugerimos aos mesmos que marcassem as modalidades que gostariam de praticar, além das modalidades que eles já praticam, e acrescentamos modalidades/atividades que não estão ativas no PPU, como: academia, basquete, ciclismo, corrida, futebol, futsal, handebol, mergulho e o remo.

Notamos que, de todas as modalidades sugeridas, a mais votada foi a academia.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:

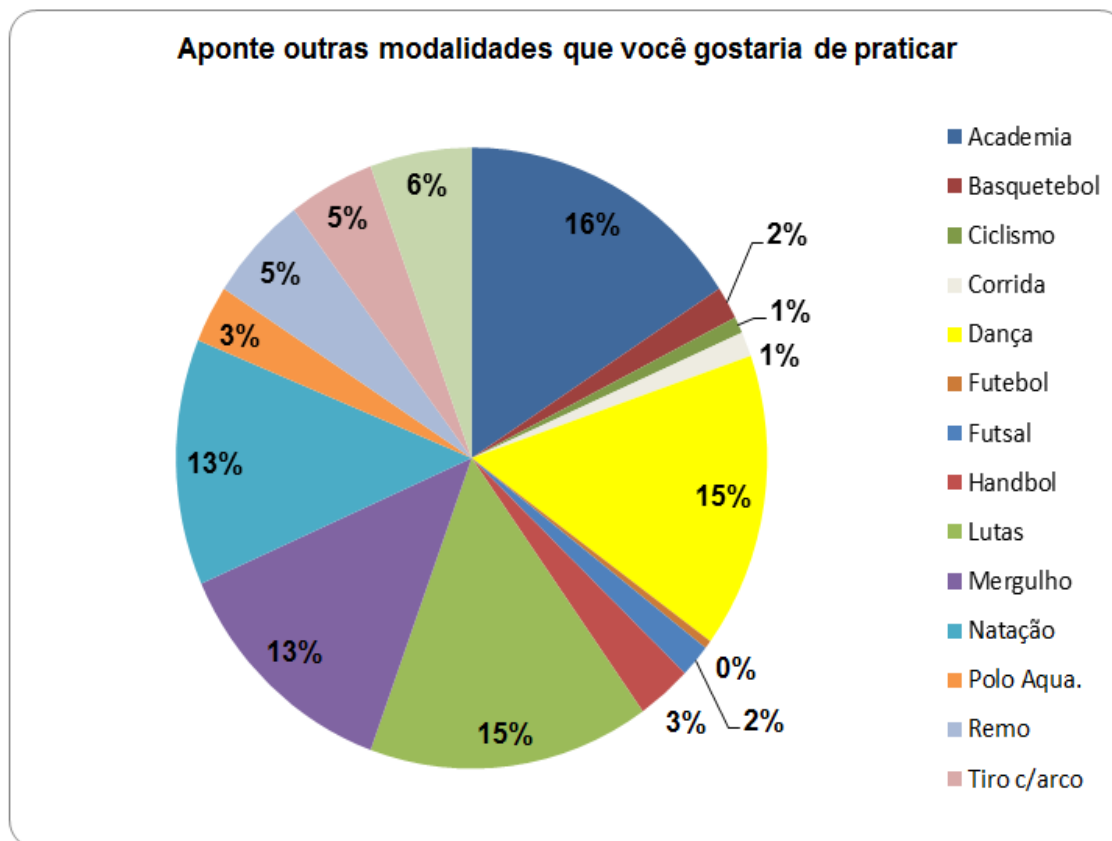


Gráfico 12 - Modalidades que gostaria de praticar.

Os dados obtidos através da pesquisa Vigitel (Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico), mostram que a quantidade de pessoas praticando musculação cresceu 50% no período de 2006 a 2013, enquanto o índice daqueles que jogam bola caiu 28% no mesmo período. Além disso, 18,97% dos adultos preferem academias, contra 14,87% praticando futebol.

9.4 BENEFÍCIOS

9.4.1 Benefícios Fisiológicos

Para Souza Junior, 2008, Do ponto de vista da saúde pública e da medicina preventiva, o incentivo à prática de atividade física no indivíduo em formação é uma das maneiras com as quais você pode reduzir o número de adultos sedentários.

São diversos os benefícios adquiridos com a atividade física, como melhoria da circulação sanguínea, fortalece o sistema imune, ajuda a emagrecer e diminui os riscos de diversas doenças ocasionadas ou agravadas pelo sedentarismo.

Por essas e outras questões achamos importante identificar quais benefícios foram obtidos pelos alunos durante a permanência no programa. Para essa informação

listamos alguns dos benefícios fisiológicos que a prática da atividade física pode proporcionar na vida do indivíduo.

- Tolerância ao estresse;
- Redução Obesidade;
- Estresse psíquico;
- Redução da pressão arterial;
- Controle do peso corporal;
- Melhoria da mobilidade articular;
- Aumento da força muscular;
- Aumento da resistência física;

Resultados Ilustrados no gráfico abaixo:

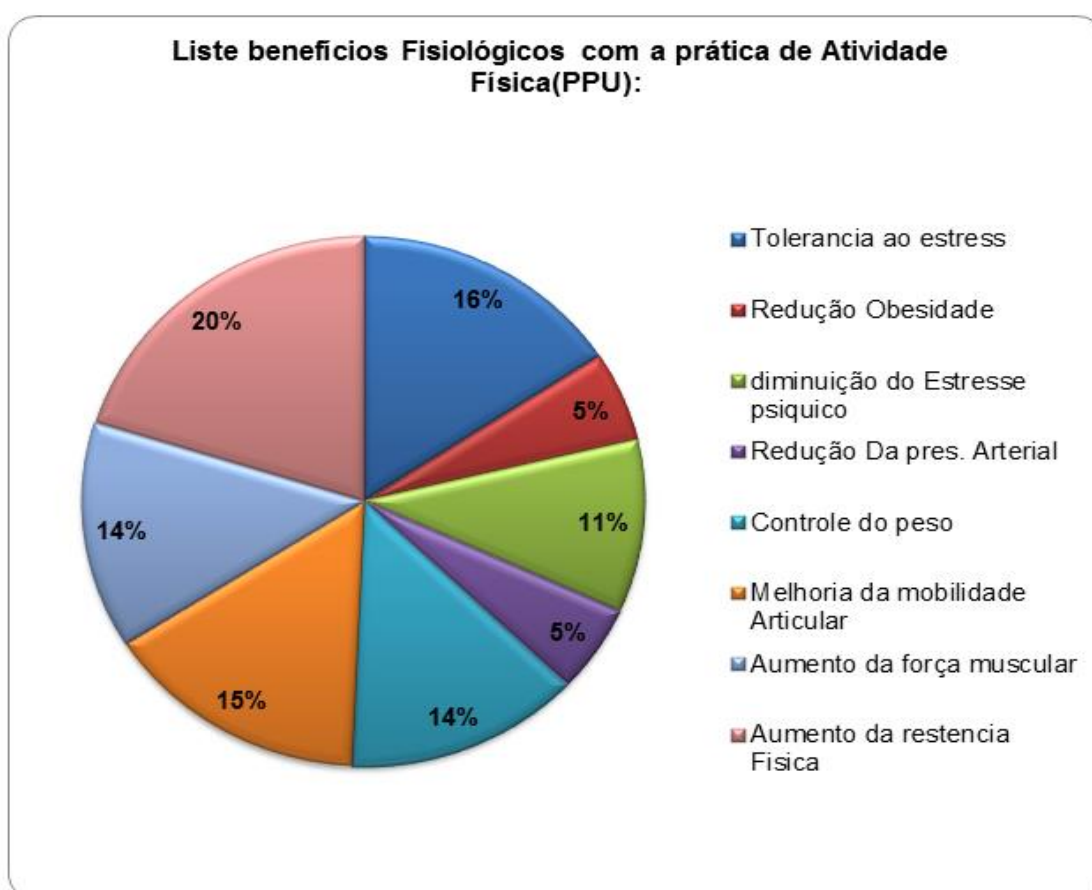


Gráfico 13 - Benefícios Fisiológicos.

Nota-se que os resultados foram bem diversos e positivos, mas pouco se notou melhorias na redução do peso corporal (5%) comparado com o controle de peso (15%).

Outra melhoria pouco notória foi a Redução da pressão arterial (5%), esse resultado talvez seja consequência do costume de alguns praticantes de não aferirem a pressão rotineiramente.

Comparando os resultados do Estresse psíquico (11%) com o resultado da tolerância ao estresse (16%), pouco se diferencia o resultado uma da outra – diferença de 5% - e os valores foram positivos para as duas. O mesmo consta na comparação feita entre os resultados – melhoria da mobilidade articular (15%) e aumento de força muscular (14%), a diferença entre elas foi de apenas 1%.

O benefício que se destacou na pesquisa foi o aumento da resistência física totalizando 20%.

9.4.2 Benefícios Sociais

O esporte possui um grande potencial de socializar indivíduos das mais diferentes classes, religiões, gêneros, entre tantas outras diferenças presentes na nossa sociedade. Através de uma partida de futebol na rua, de um jogo de vôlei na escola, um jogo de basquete na praça, pessoas se relacionam, fortalecem amizades, criam vínculos mesmo sem nunca terem se visto (BICKEL, 2012). A importância da prática esportiva em nossa sociedade vai além dos benefícios na saúde física do homem. “É possível perceber-se o desenvolvimento das relações sócio afetivas, a comunicabilidade, a sociabilidade, ajustando socialmente esse homem ao meio que vive” (BURITI, 2001, p.49).

Praticar esportes/atividades físicas pode proporcionar benefícios significativos aos seus praticantes, um exemplo claro, a melhora no convívio social, pois necessita de contato e interação entre os seus praticantes. Até mesmo os esportes individuais como a natação, que pode ser praticado em grupos, proporcionando também oportunidades de seus praticantes construir novas amizades.

No questionário listamos alguns benefícios sócias que se pode aderir com a prática do esporte/atividade física, como;

- Alívio do estresse;
- Redução do risco de ansiedade;
- Melhora do auto controle;
- Melhora da auto imagem;

- Queda da pressão;
- Aumento do bem-estar;
- Redução do isolamento social;
- Melhora da autoconfiança;
- Auto eficácia.

E o resultado foi, que de todos os benefícios apresentados com a pratica do esporte /atividade física, o aumento do bem-estar foi o que se sobressaiu.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:

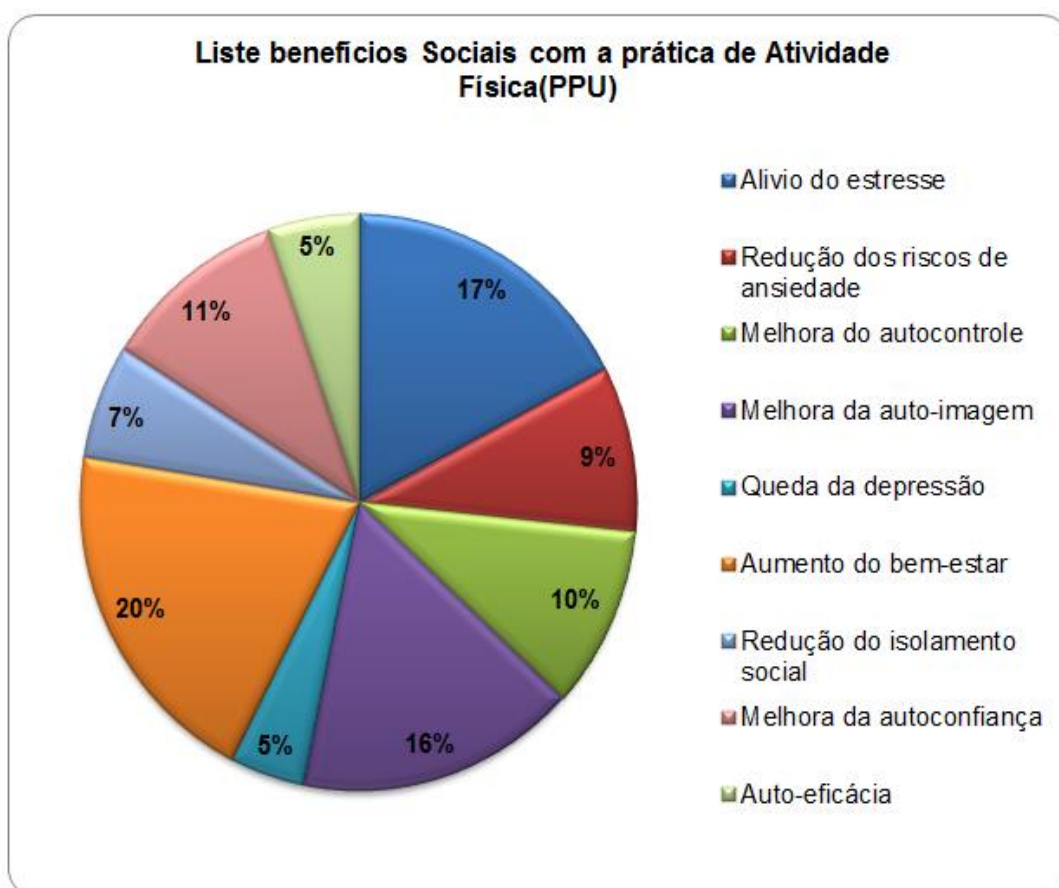


Gráfico 14 - Benefícios Sociais.

9.5 CONTINUAÇÃO NO PROGRAMA

As perguntas finais foram direcionadas para avaliar qualitativamente o programa junto de seus praticantes ativos.

Procuramos verificar com a experiência que o praticante teve durante o ano de 2015 no PPU se o mesmo pretendia continuar no programa.

Tabela 11 - Pretende continuar participando do PPU?	QUANTIDADE	PORCENTAGEM %
Sim, mesma modalidade.	215	91,88034
Sim, em outra modalidade.	14	5,982906
Não	5	2,136752
TOTAL	234	100%

E os resultados Foram:

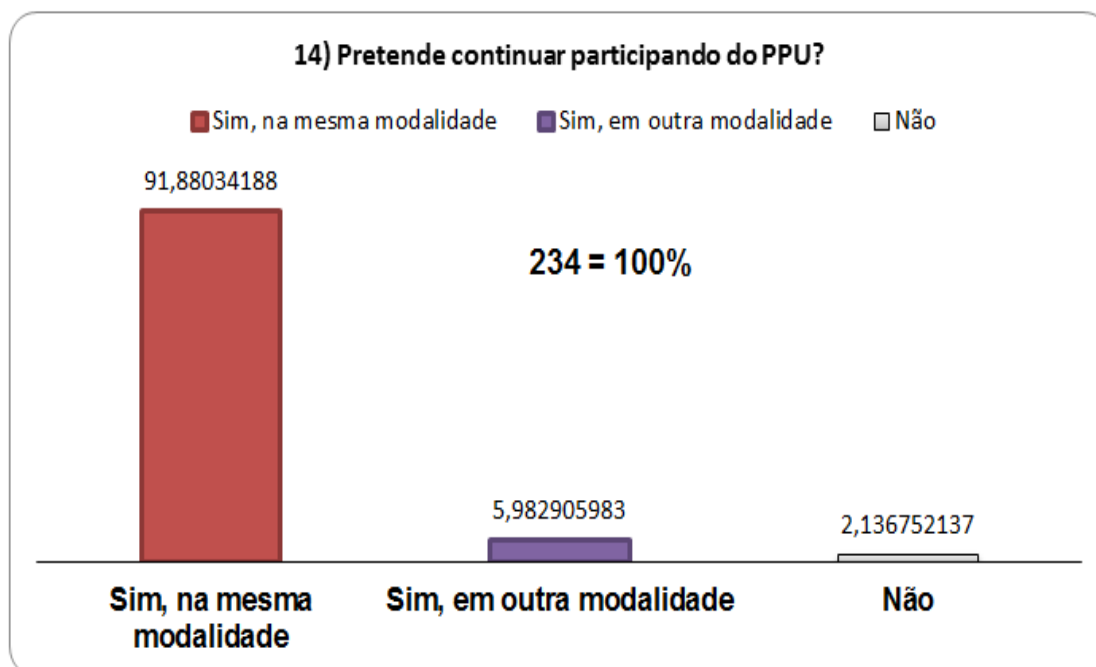


Gráfico 15 - Praticantes ativos que Pretendem continuar no PPU.

Mais de 90% de todos os praticantes cadastrados ativos no PPU durante o ano de 2015 pretende SIM continuar participando do programa, totalizando 96% (SIM, na mesma modalidade 91% + 5% SIM, em outra modalidade).

Verificou-se também que 5% dos 234 ativos tem o desejo de continuar no programa, mas em outra modalidade/atividade ofertada pelo PPU. Esse desejo pode ser tanto por insatisfação com a modalidade/atividade que praticava ou mesmo por interesse de querer conhecer e experimentar outras modalidades/atividades.

Apenas 2% dos 234 não desejam continuar no Programa.

9.6 AVALIAÇÕES DO PROGRAMA

9.6.1 Avaliação – Trabalho Do Monitor

O trabalho do monitor tem como objetivo auxiliar o professor, com grupos de estudantes, na procura da melhoria da qualidade do ensino de graduação, como diz SCHNEIDER, 2006, “O trabalho de monitoria pretende contribuir com o desenvolvimento da competência pedagógica e auxiliar os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento”.

A monitoria possibilita ao universitário a oportunidade de desenvolver atividades ligadas à área de conhecimento do seu curso, contribuindo assim para a formação do discente do ensino superior.

Em nosso questionário buscamos avaliar, junto dos praticantes, o trabalho dos monitores presentes no PPU. Listamos quatro opções de qualificações, de ótimo a péssimo, e os resultados foram:

Tabela 12 - AVALIAÇÃO DO TRABALHO DO MONITOR	
Qualitativo	Quantitativo
Ótimo	156
Bom	60
Regular	18
Ruim	0
Péssimo	0
TOTAL	234

Através de nossa pesquisa percebemos quanto indispensável é o trabalho do monitor junto ao professor no desenvolvimento das modalidades/atividades do PPU.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo: **(Gráfico 16)**

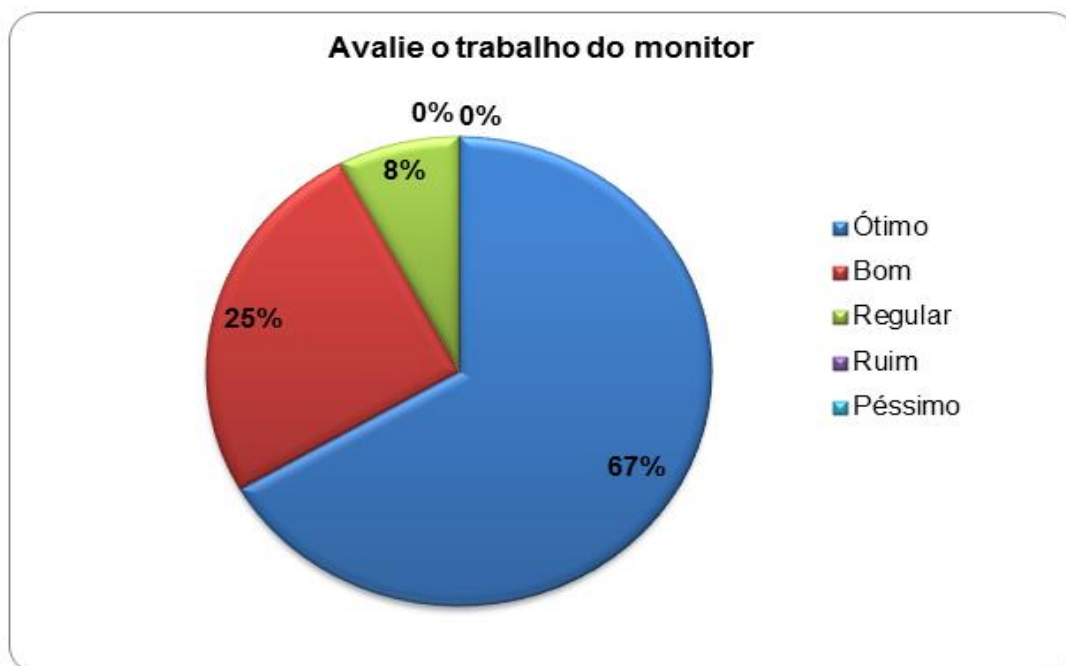


Gráfico 16 - Avaliação do Monitor

Os resultados mostram que nenhuns dos praticantes que responderam ao questionário avaliaram o trabalho dos monitores como péssimo ou ruim, o que comprova a tal importância citada acima do auxílio dos discentes do curso de educação física junto ao professor na monitoria das modalidades/atividades do programa.

9.6.2 Avaliação dos Materiais

Os materiais didáticos para a prática de cada projeto e modalidade esportiva foram colocados à disposição pelo CEFD e Federação Capixaba de Tiro com Arco, como bolas de voleibol, redes de voleibol, berimbau, atabaque, cones, nadadeiras, entre outros.

Para que as aulas propostas possam ter uma melhor desenvoltura, é necessária a utilização de materiais, que venham trazer condições para a realização de um trabalho de melhor qualidade, beneficiando tanto ao professor quanto ao aluno.

Para Batista (2003), na descrição de algumas atividades, a utilização de diversos materiais para trabalhar equilíbrio, habilidades com a bola e atividades em grupos. Sendo que em certas atividades o uso de materiais é indispensável.

Os quadros abaixo mostram as respostas obtidas na pergunta 17:

(Tabela 13) AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS UTILIZADOS	
Qualitativo	Quantitativo
Ótimo	100
Bom	103
Regular	26
Ruim	5
Péssimo	0
TOTAL	234

Tabela 14 - AVALIAÇÃO DE MATERIAIS POR MODALIDADES					
MODALIDADES	QUALITATIVO				
	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
CAPOEIRA	2	1	0	0	0
JIU-JITSU	2	3	1	0	0
JUDÔ	1	7	0	0	0
NATAÇÃO	75	48	4	0	0
POLO AQUÁTICO	6	1	1	0	0
TAE-KWON-DO	0	0	0	0	0
TIRO COM ARCO	6	10	6	0	0
VOLEIBOL	3	11	10	4	0
ZUMBA	16	14	2	0	0
TOTAL	234				

Na avaliação segundo os praticantes os materiais utilizados nas atividades realizadas estão entre ótimo e bom com os seguintes percentuais, respectivamente 44%(ótimo) e 43% (bom), e apenas 11% votaram em regular. Avaliando essas informações acreditamos que eles estão satisfeitos com as condições dos materiais utilizados nas atividades, mas ressaltamos que ainda precisa haver melhorias para que haja provação total dos praticantes.

Resultados Ilustrados no gráfico abaixo:



Gráfico 17 - Avaliação dos Materiais.

9.6.3 Avaliação dos Espaços Físicos

Foram utilizados os espaços físicos do CEFD, atendendo de maneira satisfatória o desenvolvimento dos conteúdos de cada projeto e modalidade esportiva, para sua utilização foram realizados reparos, para que as atividades desenvolvidas fossem praticadas de forma a beneficiar os praticantes. Conforme afirma Damazio et al (2008) as condições de materiais (instalações, material didático, espaço físico) interferem de modo significativo nos trabalhos pedagógicos.

São utilizados os seguintes espaços: quadras cobertas, sala de judô, sala de capoeira, sala de dança, parque aquático (piscina olímpica e uma para crianças/adolescentes), campo de tiro com arco.

(Tabela 15) AVALIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO	
Qualitativo	Quantitativo
Ótimo	94
Bom	98
Regular	35
Ruim	7
Péssimo	0
TOTAL	234

Tabela 16 - AVALIAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO POR MODALIDADES					
MODALIDADES	QUALITATIVO				
	ÓTIMO	BOM	REGULAR	RUIM	PÉSSIMO
CPOEIRA	2	1	0	0	0
JIU-JITSU	3	2	1	0	0
JUDÔ	2	4	2	0	0
NATAÇÃO	55	58	12	2	0
POLO AQUÁTICO	7	1	0	0	0
TAE-KWON-DO	0	0	0	0	0
TIRO COM ARCO	11	9	1	1	0
VOLEIBOL	1	7	16	4	0
ZUMBA	15	9	5	3	0
TOTAL	234				

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:

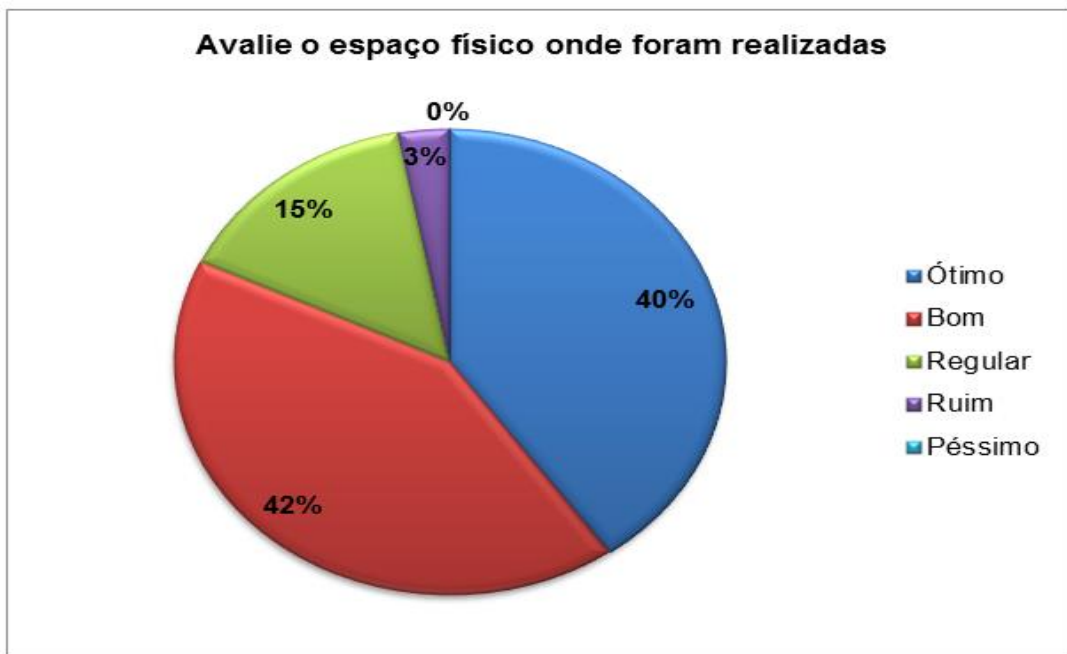


Gráfico 18 - Avaliação dos Espaços.

Analisando o gráfico acima, observa-se que o nível de satisfação dos participantes ao espaço físico utilizado é considerável de bom a ótimo com os seguintes índices 42% a 40% respectivamente.

9.7 DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA PPU

O programa Conta com algumas formas de divulgação, como: Cartazes, Folder, informática e comunicação. Procuramos identificar dentre eles qual é a forma de divulgação do programa é mais eficaz. **(Gráfico 19)**



Gráfico 19 - Divulgação do Programa PPU.

Mesmo como todo material utilizado para a divulgação do programa a comunicação feita “boca-a-boca” continua sendo uma das mais poderosas mídias de divulgação em termos geral.

No projeto apresentando sobre a implantação programa diz que, três estagiários na área de web-design, informática e comunicação ficaram responsáveis por desenvolverem informativo eletrônico, materiais a serem enviados a todos os meios de comunicação do estado, citando até a utilização da TV e rádios.

Mas na prática são usados apenas os meios de comunicação via internet como Informa UFES e Mala Direta, e comunicação visual como Folders e Cartazes espalhados pela Universidade.

9.8 NÍVEL DE SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA

Conforme descrito na metodologia desta pesquisa o nosso enfoque principal era identificar o nível de satisfação dos praticantes perante o programa, e através do gráfico analisado, 99% dos praticantes estão satisfeitos com o programa, um

resultado que demonstra que mesmo tendo alguns pontos negativos presentes no programa, o aluno entende sobre a importância da prática de atividade física, que além de diminuir o sedentarismo, ajuda em outros fatores, como fisiológicos quanto sociais, conforme destaca Pires (1998), em seus estudos observacionais que os jovens que praticam atividades físicas num período regular durante a semana, se mostraram com o bem-estar psicológico mais equilibrado e também demonstram melhores relações sociais com os familiares e colegas da escola, pois a atividade física diminui o estresse.

Resultado ilustrado no gráfico abaixo:



Gráfico 20 - Nível de Satisfação

10 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS – EX-PRATICANTES

Como descrito na metodologia deste trabalho, nosso objetivo principal para a categoria de ex-praticantes era identificar as razões que os levaram a deixar de praticar as atividades/modalidades do programa.

10.1 Modalidades

De acordo com o gráfico abaixo, observar-se que a modalidade com maior número de desistência foi a natação, com aproximadamente 46% do valor total comparado com as demais modalidades ofertadas pelo PPU, porcentagem essa devido ao grande número de vagas que a prática oferta no programa.

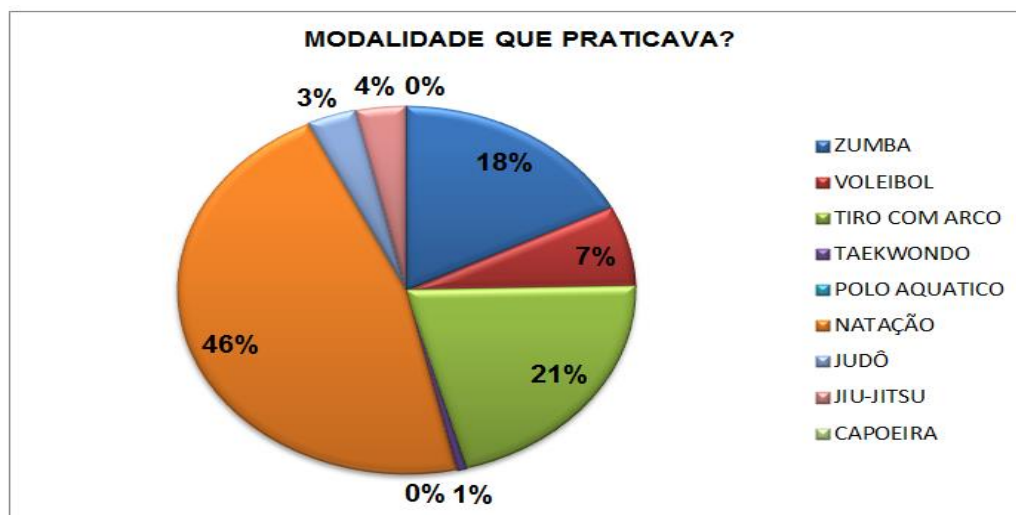


Gráfico 21 - Modalidade que praticava no PPU - ex-praticantes.

10.2 Motivos do Afastamento do Programa

Sobre os principais motivos de afastamento das atividades no PPU no período de 2015, em primeiro lugar com 41% aparece a dedicação aos estudos, seguido da incompatibilidade dos horários com os estudos com 22%.

Resultados Ilustrados no gráfico abaixo:

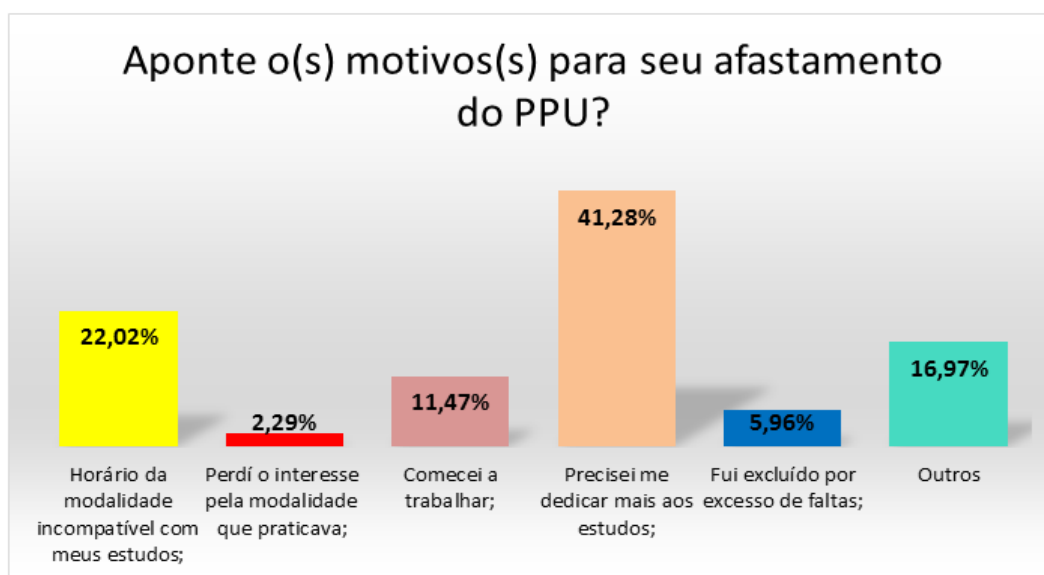


Gráfico 22 - Motivos do Afastamento do PPU

Considerando que essas variáveis são importantes para a presente pesquisa sobre ex-praticantes, verificamos que é preciso ocorrer mudanças no quadro de horários das atividades do Programa, devido que, a maioria dos praticantes fazem parte do corpo discente da universidade e muitos precisam de tempo para se dedicar aos

estudos, causando assim um conflito de horários entre as atividades do programa com os horários de sua grade curricular.

10.3 Retorno ao Programa

Identificamos que a maioria dos ex-particantes gostariam de retornar ao PPU, percentual equivalente a 95% de todos os ex-praticantes que responderam ao questionário, e apenas 5% não retornariam para o programa.

Resultado Ilustrado no gráfico abaixo:

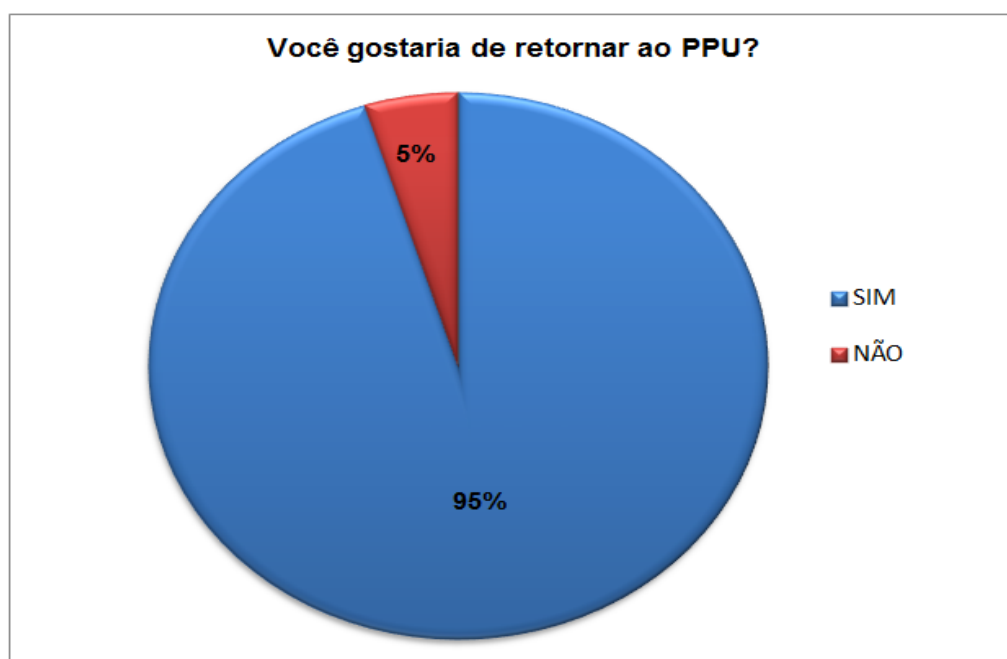


Gráfico 23 - Retorno ao Programa PPU

Ressaltamos que os principais motivos de desistências no programa foram incompatibilidade de horários e a dedicação aos estudos. Diante destes fatores propunha-se que haja mudanças nos quadros de horários ofertados pelas modalidades/atividades, para que no próximo ano possa ocorrer a diminuição desta atual porcentagem de desistentes no programa.

10.4 Preferencias por Modalidades

Relacionando as respostas da pergunta anterior (04- gostaria de retornar ao PPU?), como as respostas da pergunta 05 (Se sua resposta à pergunta anterior foi “Sim” identifique a modalidade de sua preferência)– identificamos que 67% responderam que retornariam para a mesma modalidade.

Resultado Ilustrado no gráfico abaixo:

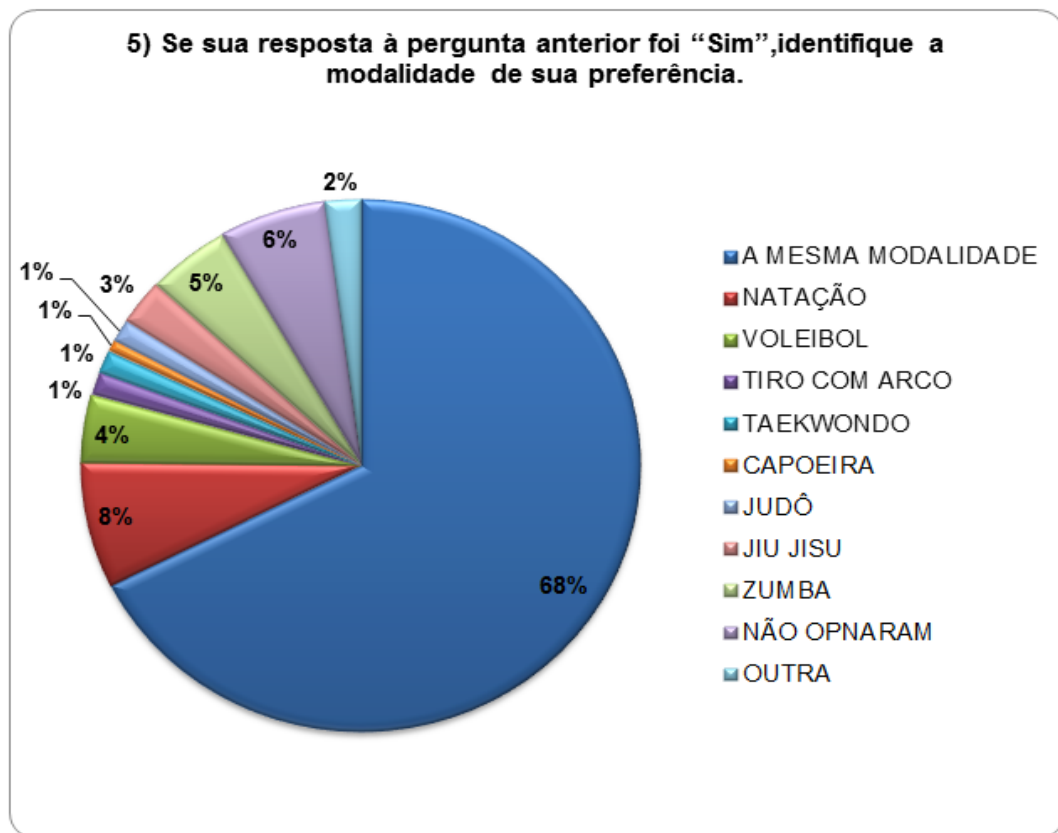


Gráfico 24 - Modalidade que gostaria de praticar.

Note-se que as desistências não foram devido a perca de interesse dos praticantes pelas atividades que praticavam, e que existem fatores maiores do que a falta de interesse, como os citados anteriormente – dedicação aos estudos / incompatibilidade dos horários com os estudos.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado ao longo desta monografia, nota-se que ao longo dos anos o esporte universitário vem passando por diversas modificações, o que o torna um campo abrangente de estudos e pesquisas. Observa-se que no início de sua implantação o esporte era visto de forma amadora e centralizada nas mãos do Estado (STAREPRAVO et al 2006), deixando um vazio frente a liderança das instituições e clubes, porém, no período em que o Brasil era governado por Getúlio Vargas e depois pela Ditadura Militar começaram a ser criadas novas leis que visavam melhorias no seu aprimoramento, já que a partir deste período o esporte era visto como um produto mercantil, tornando o esporte universitário em esporte-performance.

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988 o esporte fica mais próximo da sociedade, deixando de estar somente nas mãos do governo, e os indivíduos passam então a ter mais autonomia perante ao Estado, e de acordo com o artigo 217: É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um. Começa assim uma nova etapa relacionada ao esporte no Brasil, onde o indivíduo tem o direito de praticar atividades físicas voltadas para a melhoria de sua qualidade de vida.

Em virtude dos fatos mencionados o Ministério do Esporte, com objetivo de incluir o esporte e a atividade física no cotidiano dos brasileiros, lançou em 2009 o Programa intitulado PILOTO UNIVERSITÁRIO- PPU, cujo objetivo é possibilitar o acesso do universitário das Universidades Públicas do país à prática esportiva de forma continuada.

Partindo dos fatos mencionados procuramos verificar se a comunidade universitária da UFES está sendo atendida em seu direito manifestado no artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil. Buscamos também avaliar o desenvolvimento do programa e o nível de satisfação junto aos quatro segmentos ativo nas atividades ofertadas, além de identificar também as razões que levaram os alunos a deixarem de participar do programa.

Os resultados obtidos foram: Referente ao direito a prática esportiva avaliou-se que a comunidade universitária da UFES, através do Programa Piloto Universitário, está de forma gradual sendo atendida conforme descrito no artigo 217.

Os resultados dos questionários aplicados aos praticantes ativos apontam que 99% dos participantes estão satisfeitos com o desenvolvimento das atividades realizadas junto ao programa, mas que existem melhorias a serem realizadas, como, ajustes nos espaços físicos, melhorias nos materiais utilizados por algumas atividades e de forma gradual ampliar o número de vagas para uma maior participação da comunidade universitária.

Os resultados constatados no questionário aplicados aos ex-praticantes, permitem confirmar que apesar da saída dos alunos eles avaliam positivamente o programa, e que o fator principal que os leva a tomar essa decisão é devido às incompatibilidades dos horários ofertados nas atividades. Incompatibilidade essa referente à sua grade curricular de aula que acabam implicando nos horários proposto pelo programa.

Acreditamos que o PPU deverá promover mudanças na sua programação de atividades para que o percentual de alunos que desistem do programa por motivos de horários diminuam.

Tendo como referência os estudos de Souza Junior, 2008, do ponto de vista da saúde pública e da medicina preventiva, o incentivo à prática de atividade física no indivíduo em formação é uma das maneiras com as quais você pode reduzir o número de adultos sedentários.

Considerando os diversos benefícios adquiridos com a atividade física, como melhoria da circulação sanguínea, fortalecimento do sistema imunológico, e diminuição dos riscos de diversas doenças ocasionadas ou agravadas pelo sedentarismo, e levando em consideração tudo que foi apresentado, pesquisado e analisado no decorrer deste trabalho, ficou constatado que a criação e implementação do Programa Piloto Universitário (PPU), na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), vem contribuindo positivamente na vida da comunidade universitária.

12 REFERÊNCIAS

- AMARAL, S. C. F. Políticas Públicas de Lazer e Participação Cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre – Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, SP: 2003.
- BATISTA, L, C. da C Educação Física no ensino fundamental. Rio de Janeiro 2003.
- BICKEL, A, E, et al - Esporte e Sociedade: A construção de valores na prática esportiva em projetos sociais - efdeportes.com, revista digital. Buenos aires, año 17, nº 171, agosto de 2012. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>>.
- BRASIL 1937. Decreto/Lei nº378 Criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura.
- BRASIL 1941. Decreto/Lei nº 3.617 Determinava a base de funcionamento do esporte universitário brasileiro.
- BRASIL 1975. Decreto/Lei nº80.228/77 Formas de organização do esporte.
- BRASIL 1987. Ministério da Educação. Portaria nº 236.
- BRASIL 1988. Constituição Federal.
- BRASIL 1993. Lei Federal nº 8.672 Conceituação e das Finalidades do Esporte.
- BRASIL 1998. Lei Federal nº 9.615. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.
- BRASIL 2001. Lei Federal 10.264 Institui normas gerais sobre o desporto CBDU.
- BRASIL. [Constituição (1988)]; MORAES, Alexandre de. Constituição da República.
- CARVALHO, A. (Org.). Políticas Públicas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.
- COELHO, T, A importância da prática esportiva WWW.CATHON.COM.BR 2013.
- DA SILVA, Edson. Influência da prática de atividade Física para a juventude, editora, Buenos Aires, 2009.
- DAMAZIO, et al. O ensino da educação física e o espaço físico em questão. Rio de Janeiro, 2008.

DIRETRIZES PROGRAMA PILOTO UNIVERSITÁRIO, 2015.

GOMES, A, D. O desporto e a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Contribuição ao estudo do direito desportivo 2010.

GUEDES et al. Estágios de mudança e comportamento e prática habitual de atividade física em universitários; 2006.

HISTÓRIO UFES- Projeto Piloto Universitário, 2009, Ministério do Esporte, Universidade Federal do Espírito Santo Pró-Reitoria de Extensão Departamento de Desportos.

ISAYAMA, Hélder; LINHALES, MeilyAssbú. (Orgs.). Sobre Laser e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio Gomes de. (Orgs.). Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte.

MARCELLINO, N. C. (Org.). Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARINHO, A; GULIELMO LGA. Atividade física na academia, objetivo dos alunos e suas implicações. In: Congresso Brasileiro de Esporte 10. 1997 Goiânia, Anais Goiânia.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Laser: questões analíticas e desafios políticos.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, Diagnóstico Nacional do Esporte
www.esporte.gov.br/diesporte.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Pesquisa sobre sedentarismo no Brasil, Brasil, 2015.

OMS- Organização Mundial da Saúde, 2010.

PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PIRES, E. A. G. Hábitos de atividade física e o estresse em adolescentes de Florianópolis – SC, Brasil. Rev. Bras Cien e Mov, p. 51-56, 2004.

PIRES, G. L. Breve introdução aos estudos dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. Rev Educ Física UEM, p.25-34, 1998.

PORTAL BRASIL – Pesquisa Vigitel, 2013, Pesquisa revela aumento na prática de atividades físicas, maio 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br>>.

PROVENZA Jr et al .Fibromialgia Revista Brasileira de Reumatologia, 2004.

RELATÓRIO TÉCNICO PROGRAMA PILOTO UNIVERSITÁRIO, 2015.

SCHNEIDER, M. S. P. S. - Monitoria: Instrumento para trabalhar com a diversidade de conhecimento em sala de aula. Revista Eletrônica Espaço Academico, 5ª Ed. V. Mensal, p. 65, 2016.

SOUZA JUNIOR, Sérgio Luís Peixoto; BIER, Anelise. A importância da atividade física na promoção de saúde da população infanto-juvenil. Revista digital, Buenos Aires, v. 13, n 119, abr. 2008. Disponível em <<http://www.efdeportes.com>>.

STARAPERVO et al. O esporte universitário no Brasil: uma interpretação a partir da legislação esportiva; Paraná, 2010.

STAREPRAVO, F, A. O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público; Paraná, 2006.

13 ANEXOS

13.1 Questionários aplicados

13.1.1 Questionário aplicado aos ex-praticantes

1- Qual o seu curso?

2-Semestre: (2015/2)

3- Que modalidade praticava?

4- Aponte o(s) motivo(s) para seu afastamento do PPU (Programa Piloto Universitário):

- ☐ Horário da modalidade incompatível com meus estudos
- ☐ Perdi o interesse pela modalidade que praticava
- ☐ Comecei a trabalhar
- ☐ Precisei me dedicar mais aos estudos
- ☐ Fui excluído (a) pelo excesso de faltas
- ☐ Outros; (escreva seu motivo).

5- Você gostaria de retornar ao PPU?

- ☐ Sim
- ☐ Não

6- Se sua resposta à pergunta anterior foi “SIM”, identifique a modalidade de sua preferência:

- ☐ A mesma modalidade esportiva
- ☐ Capoeira
- ☐ Jiu-Jitsu
- ☐ Judô
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Tae-kwon-do
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol
- ☐ Zumba

- ☐ Outra; (sugestão de modalidades).

13.1.2 Questionário aplicado aos praticantes ativos

1 - Segmento

- ☐ Estudante
- ☐ Técnico Administrativo
- ☐ Professor
- ☐ Comunidade Externa

2- Somente comunidade externa: você é ex-aluno (UFES)?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3- Que modalidade pratica?

- ☐ Capoeira
- ☐ Jiu-Jitsu
- ☐ Judô
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Tae-kwon-do
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol
- ☐ Zumba

4- Antes do PPU praticava alguma atividade esportiva regularmente?

- ☐ Sim
- ☐ Não

5- Caso a resposta acima seja sim, que modalidade praticava:

- ☐ Academia
- ☐ Basquetebol
- ☐ Ciclismo
- ☐ Corrida

- ☐ Dança
- ☐ Futebol
- ☐ Futsal
- ☐ Handebol
- ☐ Lutas
- ☐ Mergulho
- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Remo
- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Voleibol

6 – Gênero

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

7 - Qual Curso?

8- Semestre:

- ☐ 2015/2

9 - Já praticava a modalidade escolhida?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10 - Como se inteirou sobre a existência do PPU?

- ☐ Folder
- ☐ Cartazes
- ☐ Por Colegas
- ☐ Outdoor
- ☐ Informa UFES
- ☐ Mala Direta

11 - Motivo da opção pela modalidade praticada.

12 - Liste os benefícios fisiológicos obtidos com a prática de atividade física (PPU).

- ☐ Tolerância ao estresse
- ☐ Obesidade
- ☐ Estresse psíquico
- ☐ Redução da Pressão Arterial
- ☐ Controle do peso corporal
- ☐ Melhoria da mobilidade articular
- ☐ Aumento da força muscular
- ☐ Aumento da resistência física

13- Liste os benefícios sociais obtidos com a prática de atividade física (PPU).

- ☐ Aumento da autoestima
- ☐ Alívio do estresse
- ☐ Queda da depressão
- ☐ Aumento do bem-estar
- ☐ Redução do isolamento social
- ☐ Melhora da autoconfiança
- ☐ Auto eficácia
- ☐ Redução dos riscos de ansiedade
- ☐ Melhora do autocontrole
- ☐ Melhora da autoimagem

14- Pretende continuar participando do PPU?

- ☐ Sim, na mesma modalidade;
- ☐ Sim, em outra modalidade;
- ☐ Não

15 - Aponte outras modalidades que você gostaria de praticar.

- ☐ Natação
- ☐ Polo Aquático
- ☐ Mergulho
- ☐ Remo

- ☐ Tiro com Arco
- ☐ Lutas
- ☐ Dança
- ☐ Voleibol
- ☐ Futebol
- ☐ Futsal
- ☐ Handebol
- ☐ Basquetebol
- ☐ Corrida
- ☐ Ciclismo
- ☐ Academia

16 - Avalie o trabalho do monitor.

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

17- Avalie o material utilizado nas suas aulas.

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

18 - Avalie o espaço físico onde foram realizadas suas aulas.

- ☐ Ótimo
- ☐ Bom
- ☐ Regular
- ☐ Ruim
- ☐ Péssimo

19 - Seu nível de satisfação com o PPU.

- ☐ Satisfeito
- ☐ Insatisfeito

20 - Outras Observações.

13.2 Resoluções



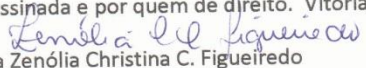
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

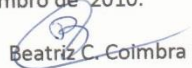
EXTRATO DE ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DEPARTAMENTAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA 01 DE DEZEMBRO DE 2010.

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano dois mil e dez, às quatorze horas, reuniu-se o Conselho Departamental, sob a presidência da Diretora professora Dr^a. Zenólia Christina Campos Figueiredo e com a presença dos seguintes Conselheiros: professor Og Garcia Negrão- Chefe do Departamento de Desportos, professor Dr. Ivan Marcelo Gomes- Chefe do Departamento de Ginástica, professor Dr. José Luiz dos Anjos- Coordenador do Colegiado de Curso de Bacharelado, professora Dr^a Maria das Graças Carvalho Silva e Sá- Coordenadora do Colegiado de Curso de Licenciatura, professores Dr. Luiz Alexandre Oxley da Rocha e Dr. César Alcides Geller- Representantes do Centro de Educação Física e Desportos junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, professora Dr^a. Fernanda Simone Lopes de Paiva- Coordenadora do PROLICEN, Luiz Fernando Reisen- Representante dos Funcionários, Everton Meneguelli Carvalho- Representante dos Estudantes. Os professores Otávio Tavares e Carlos Nazareno Ferreira Borges justificaram suas ausências. Havendo número legal a Senhora Diretora deu início a reunião.....

EM PAUTA: Projeto proposto pelo professor Ms. Og Garcia Negrão, aprovado pelo Departamento de Desportos e pela Câmara de Extensão, e recomendado pela Pró-Reitoria de Extensão como Projeto de interesse Institucional, com a intenção de pleitear, junto a Secretaria Nacional de Esporte Educacional do Ministério do Esporte, a implantação, na UFES do Projeto Piloto Universitário do Programa Segundo Tempo-PST. O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério do Esporte, que tem como objetivo principal o cumprimento do dispositivo constitucional de democratizar o acesso ao esporte. Em apreciação, após relato e parecer favorável do professor Dr. Luiz Alexandre Oxley da Rocha, foi aprovado por unanimidade.....

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, do que para constar, eu, Beatriz Cysne Coimbra Noé, secretária, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será por mim assinada e por quem de direito. Vitória, 01 de dezembro de 2010.


Professora Zenólia Christina C. Figueiredo


Beatriz C. Coimbra Noé

Diretora/CEFD

Secretária administrativa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

DECISÃO Nº 414/2010

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ, DECIDIU, POR UNANIMIDADE, EM FACE DOS PARECERES DAS COMISSÕES DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E DE ASSUNTOS DIDÁTICOS, CIENTÍFICOS E CULTURAIS, **APROVAR O PROJETO DE EXTENSÃO "PILOTO UNIVERSITÁRIO"** DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DESTA UNIVERSIDADE, OBJETIVANDO DEMOCRATIZAR O ACESSO À PRÁTICA ESPORTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS, PRIORITARIAMENTE DO CORPO DISCENTE, PROMOVENDO A CONSTITUIÇÃO DE NÚCLEOS UNIVERSITÁRIOS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO, COMO FORMA DE POSSIBILITAR A RE-SIGNIFICAÇÃO DO ESPORTE COMO MANIFESTAÇÃO DA CULTURA CORPORAL. TUDO CONFORME CONSTA DO PROCESSO Nº 10.796/2009-76.

SALA DAS SESSÕES, 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

RUBENS SERGIO RASSELLI
PRESIDENTE